

CNC

notícias



1 MILHÃO DE VEZES, OBRIGADO

A ameaça de corte de recursos do Sesc e do Senac gerou reação da sociedade, que aderiu em peso ao abaixo-assinado em defesa das duas instituições

29 O Brasil na Conferência da OIT

44 Destino turístico: Paraíba



ESPECIAL TURISMO

Prontos para mais uma viagem?

Você vai descobrir como o Turismo impacta o desenvolvimento socioeconômico do País e como o nosso orgulho de representar esse setor é gigante.



dotamanhodobrasil.com.br



Vitalidade

As jornadas que marcaram a mobilização nacional em defesa do Sesc e do Senac e contra os cortes de recursos das duas instituições, em abril e maio, já estão inscritas entre as melhores páginas do Sistema Comércio.

Para além do resultado alcançado – o reconhecimento por parte dos parlamentares e do governo federal de que a transferência de verbas para a Embratur seria um erro e prejudicaria a população –, o que ficou evidente foi a grande capacidade de mobilização demonstrada pela atuação conjunta de CNC, federações, sindicatos, Sesc e Senac.

Emerge desse episódio – talvez a mais concreta ameaça à integridade das duas instituições em muitos anos – um Sistema Comércio ainda mais forte, unido e reconhecido pela sociedade, legitimado por mais de um milhão de adesões ao abaixo-assinado em defesa do Sesc e do Senac. E também pelas manifestações de figuras referenciais de nossa cultura, nossas artes e nossos esportes, que tiveram a generosidade de gravar depoimentos que ecoaram com força junto à opinião pública.

A matéria de capa desta edição é, portanto, mais um registro histórico dessa grande mobilização que impediu de prosperar uma iniciativa danosa ao País e, ao mesmo tempo, mostrou a unidade de um sistema que sabe lutar por aquilo em que acredita.

Boa leitura!





CNC NOTÍCIAS

Ano XXIII, n° 258, Junho e Julho, 2023

Presidente: José Roberto Tadros

Vice-presidentes: 1° – Abram Abe Szajman, 2° – Luiz Carlos Bohn, 3° – Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante. Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, José Aparecido da Costa Freire, José Marconi Medeiros de Souza, José Wenceslau de Souza Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Raniery Araújo Coelho e Sebastião de Oliveira Campos

Vice-presidente Administrativo: Antonio Florencio de Queiroz Junior

Vice-presidente Financeiro: Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores: Abel Gomes da Rocha Filho, Aderson Santos da Frota, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Armando Vergílio dos Santos Júnior, Hélio Dagnoni, Idalberto Luiz Moro, Itelvino Pisoni, Ivo Dall'Acqua Júnior, José Lino Sepulcri, Kelsor Gonçalves Fernandes, Marcos Antônio Carneiro Lameira, Maurício Aragão Feijó, Maurício Cavalcante Filizola, Nadim Elias Donato Filho, Nilo Ítalo Zampieri Júnior e Rubens Torres Medrano

Diretores Administrativos: 1° – Marcelo Fernandes de Queiroz, 2° – Bernardo Peixoto dos Santos Oliveira Sobrinho

Diretores Financeiros: 1° – Ademir dos Santos, 2° – Ladislao Pedroso Monte

Conselho Fiscal: Carlos de Souza Andrade, Domingos Tavares de Sousa e Valdemir Alves do Nascimento

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Elienai Tavares Câmara (interino)

DIRETORIA-GERAL EXECUTIVA
Simone de Souza Guimarães

GERÊNCIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO – CNC

Gerente Executivo: Elienai Tavares Câmara

REDAÇÃO

Editor Executivo: Geraldo Roque (MTb 19.375)

Colaboradores: Felipe Maranhão, Fernanda Ramos, Geraldo Roque, Karina Praça e Luciana Neto

Projeto Gráfico: Gecom/CNC e Calia

Diagramação e Ilustração: Carolina Braga

Revisão: Alessandra Volkert

Impressão: WalPrint Gráfica e Editora

CNC - RIO DE JANEIRO

Av. General Justo, 307 CEP: 20021-130
PABX: (21) 3804-9200

CNC - BRASÍLIA

SBN Quadra 1 Bl. B - n° 14 CEP: 70041-902
PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

Contatos Gerência Executiva de Comunicação CNC

Telefone: (21) 3804-9374 E-mail: gecom@cnc.org.br
portaldocomercio.org.br



14

A ameaça de corte de recursos do Sesc e do Senac para financiar as atividades da Embratur ocasionou uma grande demonstração de unidade do Sistema Comércio com apoio da sociedade brasileira. A mobilização foi gigantesca e multiforme, com atos simultâneos em todos os estados brasileiros, milhares de pessoas empunhando bandeiras e vozes que ecoaram pelas ruas e chegaram aos ouvidos mais atentos do Congresso Nacional.

 [instagram/sistamacnc](https://www.instagram.com/sistamacnc)

 [facebook/sistamacnc](https://www.facebook.com/sistamacnc)

 [linkedin/company/sistamacnc](https://www.linkedin.com/company/sistamacnc)

 [twitter/sistamacnc](https://twitter.com/sistamacnc)

 [youtube.com/tvcnconline](https://www.youtube.com/tvcnconline)



30



Com foco em expandir a cultura da inovação entre as federações, o CNC Innovation Day vai levar palestras, cases de sucesso e tendências transformadoras às capitais brasileiras. O primeiro evento foi promovido em Goiânia.



29



A CNC liderou a bancada de empregadores brasileiros na 111ª Conferência da OIT. O presidente José Roberto Tadros destacou o papel fundamental das entidades que compõem o Sistema S para a qualificação profissional de jovens e adultos, em um modelo que pode ser replicado em outros países.

44



Terra daquela que é considerada a maior festa do mundo, a Paraíba tem um turismo dinâmico, apoiado com competência pelo Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-PB.

- 4 VITRINE
- 6 PELA WEB
- 8 INTERESSE DO COMÉRCIO
- 10 REUNIÃO DE DIRETORIA
- 12 COMÉRCIO EM AÇÃO
- 14 CAPA
- 20 INSTITUCIONAL
- 32 ANÁLISE
- 34 ECONOMIA
- 39 NOTAS & FATOS
- 40 TURISMO E HOSPITALIDADE
- 52 ECOS
- 54 BRASIL
- 64 AGENDA COMÉRCIO

shutterstock



Google lança plataforma gratuita para pequenas empresas

O Google acaba de lançar uma plataforma de fácil usabilidade voltada para pequenos empreendedores. Intitulado Napp, o app disponibiliza ferramentas de criação de sites e produtos do Google voltadas para criação de publicidade on-line, gerenciamento de negócio e relacionamento com clientes. A plataforma é gratuita e gradativamente estará disponível para diversos segmentos do comércio.

SaaS é boa opção

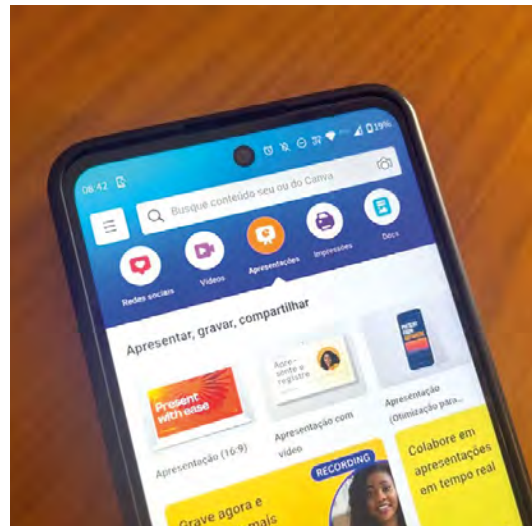
Divulgação



Levantamento do Google revela que a procura de empresas por tecnologia SaaS teve um crescimento de 19,1%, em 2022, e há margem para mais crescimento. Segundo a pesquisa, milhares de pequenas empresas ainda não utilizam a tecnologia SaaS por não conhecerem os benefícios, como maior controle de custos, automatização de processos burocráticos e ganho maior de escalabilidade.

Slides na palma da mão

Fazer slides no celular pode ser uma tarefa fácil com o uso do aplicativo Canva, disponível para aparelhos Android e iPhone (iOS). O procedimento é simples e pode ser feito a partir de modelos prontos. Com o app, os usuários conseguem utilizar ferramentas como adição de imagens, vídeos e textos, para criar slides criativos.



Divulgação

Crie o seu QR Code



Pelo site Invertexto, é possível gerar código de barras de diferentes tipos de forma fácil e gratuita. Além do modelo tradicional, a ferramenta também possibilita gerar QR Code. Ainda é permitido criar códigos em lote, produzindo um arquivo com vários itens diferentes.

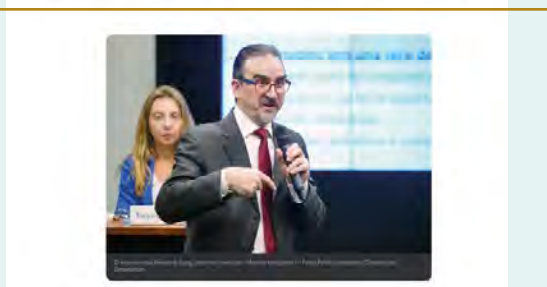
Newsletter de varejo

Para tratar das soluções e novidades do varejo, a jornalista da Exame Invest Raquel Brandão acaba de lançar a newsletter "Na sua cesta", produzida no LinkedIn. O objetivo é levar, às sextas-feiras, novidades, análises e conteúdos exclusivos do mundo dos negócios.



Rappi oferece curso de tecnologia para seus entregadores e familiares

A Rappi começou a oferecer para seus entregadores parceiros uma série de cursos de tecnologia, em parceria com a Microsoft. Batizado de Tech for All, o programa inclui dez cursos diferentes e será estendido aos familiares dos entregadores. O objetivo é aumentar a inclusão digital e criar oportunidades no mercado de trabalho, ao desenvolver habilidades e competências tecnológicas. A estimativa é de que mais de 200 mil pessoas sejam beneficiadas no Brasil e nos países da América Latina onde a Rappi opera.



Carga tributária na cultura

O G1 destacou a fala de Guilherme Mercês, diretor de Economia e Inovação da CNC, em audiência na Câmara dos Deputados, sobre aumento de carga tributária em segmentos culturais, por fazerem parte do setor de serviços. “A adoção de uma alíquota de 25%, uma das maiores do mundo, significa aumento dos preços ou inviabilização de projetos culturais”, declarou Mercês. Ele observou, também, que incentivos concedidos à cultura por meio do ICMS seriam extintos, já que, na reforma, o ICMS seria substituído por um IVA estadual e municipal. “Com o fim desses incentivos, haveria aumento de carga. Alíquotas diferenciadas para o setor cultural se inserem no debate de serviços e devem ser tratadas”, declarou.

Dívidas

De acordo com a CNC, a classe média ficou mais endividada e inadimplente na passagem de abril para maio. Juros altos pressionam a classe média e benefícios sociais aliviam os grupos de menor renda. A informação foi divulgada pela CNN.



Desemprego

A CNC prevê que a implantação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) com alíquota de 25%, proposto na reforma tributária, pode causar o desemprego de 3,8 milhões de trabalhadores. O dado foi divulgado no *Correio da Manhã*.



Turismo em alta

O portal Mercado & Eventos divulgou expectativa de crescimento de 13,9% para o turismo neste ano, estimado pela CNC. Ainda assim, o preço das passagens ainda representa grande empecilho para o setor.



Dia dos Namorados

Em 7 de junho, a CNC estimou que o volume de vendas do comércio varejista para o Dia dos Namorados poderia alcançar R\$ 2,54 bilhões, descontada a inflação, praticamente igualando o período pré-pandemia da Covid-19. A expectativa foi publicada pelo Mercado & Consumo.

Varejo

A projeção da CNC de aumento de 0,8% das vendas do varejo em 2023, mesmo com cenário de inflação, juros altos e desaceleração do mercado de trabalho, ganhou destaque no portal do Sincovat.



Aumento das vendas

Em matéria sobre parcelas no cartão de crédito, o UOL destacou estudo da CNC que mostra supermercados (+2,7%) e combustíveis e lubrificantes (+17%) como maiores responsáveis pelo crescimento de 1,9% do varejo entre janeiro e abril deste ano.

UM MODELO PARA SER REPLICADO

Em seu pronunciamento na 111ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), o presidente Tadros destacou a importância da aprendizagem e o papel desempenhado pelo chamado Sistema S na educação profissional do Brasil.

Nos últimos anos, os países, suas economias e mercado de trabalho vêm se reestruturando e se adaptando a acontecimentos como Covid-19, conflitos entre países, alta de inflação e aumento de pobreza.

O Brasil vem recuperando sua economia pós-pandemia e no ano de 2022 cresceu 2,9%.

A retomada da economia veio por meio da recuperação do setor de serviços, que representa 58,9% de todo o PIB. O mercado de trabalho acompanhou a recuperação e criou cerca de dois milhões de postos de trabalho no ano, fazendo com que a taxa de desemprego reduzisse de 11,1% para 7,9% durante 2022.

Quanto a 2023, embora o primeiro trimestre tenha gerado 526 mil postos de trabalho, o aumento da taxa de desemprego, para 8,8%, em março, gera cautela.

Na busca de melhorias das condições de trabalho e na ampliação da proteção social, o Brasil vem, através de um esforço nacional, com o apoio dos atores sociais, de forma tripartite, promovendo o trabalho decente em todas as áreas do setor produtivo. Seja através de combate ao trabalho forçado, ao trabalho infantil, ao assédio e a toda e qualquer violência no ambiente de trabalho, medidas de prevenção e proteção, melhorias nas condições de saúde e segurança do trabalho, assim como promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça, entre tantas outras.

Ao mesmo tempo em que o mundo enfrenta diferentes crises, ocorre também a aceleração das transformações digitais que afetam as relações comerciais e de trabalho. A atual tecnologia conecta as máquinas tornando-as inteligentes – a chamada inteligência artificial –, mas, para tal execução, há a necessidade de formação



José Roberto Tadros

Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

especial do indivíduo, pois essa atividade da tecnologia da informação e da comunicação é dinâmica, cujo treinamento customizado deve atender aos requisitos dos empresários.

No Brasil, com o término da II Guerra Mundial, tivemos a criação dos braços sociais dos diversos setores produtivos que compõem o chamado Sistema S. Um sistema custeado pelos empregadores brasileiros e que busca não apenas qualificar profissionais a fim de alavancar o desenvolvimento econômico do País, como, também, e, principalmente, garantir a dignidade de nossos trabalhadores, proporcionando a eles educação, saúde, lazer, cultura e esporte, tudo com uma qualidade excepcional.

O Sistema S é composto por entidades privadas, financiadas com contribuições específicas do empresariado nacional, e para ele é destinado, já que a captação do profissional e os benefícios sociais oferecidos aos trabalhadores acabam beneficiando o desenvolvimento do próprio negócio da empresa contribuinte. Nesse ponto, destacamos que a atuação desse sistema em grande parte acaba preenchendo uma lacuna deixada pelo Estado, uma vez que, em determinadas regiões do País, que possui dimensões continentais, a população só dispõe dessas entidades para se beneficiar, de forma gratuita, de serviços de capacitação profissional e os voltado para seu bem-estar, aqui incluídos os cuidados com a saúde dos trabalhadores.

Nesses 77 anos de existência, o Sistema S acumula uma vitoriosa trajetória e vem contribuindo com as mudanças no mercado de trabalho, em especial, na qualificação profissional de jovens e adultos. Esse é um modelo que poderia ser replicado em outros países do mundo, pois garante a atualização da mão de obra para o mercado de trabalho, de forma a fazer frente às mudanças advindas em razão das novas tecnologias e, principalmente, garante qualidade de vida aos trabalhadores e seus familiares.

Nesse sentido, destacamos a importância de a Aprendizagem ser um dos temas debatidos nas Comissões da 111ª CIT, assim como entendemos a relevância na priorização de temas como redução das desigualdades, promoção da justiça social e do trabalho decente.

Ressalto que a Coalizão Global discutida durante essa conferência atuará como uma plataforma para elevar o debate político sobre justiça social e para enfrentar os desafios que atualmente afetam o mundo do trabalho.

E, nesse contexto, ressaltamos o empenho dos empregadores brasileiros na geração de empregos formais e na aceleração da economia, assim como a preocupação com a redução de desigualdades, de modo a garantir que todos os avanços sejam pautados no equilíbrio justo e pacífico entre o capital e o trabalho.

Temos o objetivo de colaborar com o fortalecimento do Estado brasileiro para avançar no enfrentamento dos principais problemas estruturais da sociedade e do mercado de trabalho, entre os quais se destaca, além da desigualdade social e da pobreza, a redução do desemprego e da informalidade.

Desse modo, reforçamos o compromisso dos empregadores brasileiros em contribuir com as discussões, atuando de forma responsável na implementação de um trabalho decente que garanta a efetividade dos requisitos laborais com a necessária sustentabilidade das empresas.



O Brasil vem, através de um esforço nacional, com o apoio dos atores sociais e de forma tripartite, promovendo o trabalho decente em todas as áreas do setor produtivo”



Presidente Tadros destaca coesão na defesa do Sistema

Presidente da CNC exalta a união das federações na defesa do Sistema e o apoio das confederações patronais e das confederações e centrais sindicais trabalhistas, que se uniram à CNC. “Estou orgulhoso de ter uma família coesa como a nossa na defesa dos interesses do Sistema Comércio.”

O presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, abriu a reunião da Diretoria da entidade, no dia 11 de maio, falando da tentativa de desvio de 5% das verbas do Sesc e do Senac para a Embratur, por meio dos artigos 11 e 12 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 09/2023 (leia reportagem na página 14). Oriundo da Medida Provisória nº 1.147, de 2022, criada com o objetivo de desonerar o setor de eventos e turismo, o PLV nº 09/2023 foi aprovado na Câmara dos Deputados com a inclusão dos artigos como matérias estranhas.

Tadros reafirmou que as verbas do Sesc e do Senac não são públicas, mas privadas, e foram comprometidas em cerca de 150 obras e contratos já em andamento em todo o País, inclusive com a anuência do governo federal que compõe os conselhos fiscais das entidades. “São recursos privados de instituições competentes que prestam serviços comprovadamente eficientes”, afirmou.

O presidente da CNC manifestou seu agradecimento ao apoio das confederações nacionais patronais e também às

confederações e centrais sindicais laborais que se posicionaram contra o corte no orçamento do Sesc e do Senac. “Quero externar meu agradecimento às classes empresariais que, irmanadas, assinaram uma carta se unindo à CNC, assim como aos trabalhadores que são concededores do trabalho do Sesc e do Senac e que se manifestaram contrários à retirada de verbas para a Embratur.”

Tadros enalteceu ainda a força da união das federações, imprescindível na defesa do Sistema. “Estou orgulhoso de ter uma família coesa como a nossa na defesa dos interesses do Sistema Comércio.”

Ainda sobre o tema, o chefe de Gabinete da Presidência e gerente executivo de Comunicação da CNC, Elienai Câmara, expôs as ações de alinhamento das assessorias das federações em todos os estados brasileiros na mobilização para o abaixo-assinado em apoio ao Sistema. E a diretora de Relações Institucionais, Nara de Deus, destacou a atuação do presidente Tadros, dos presidentes das Fecomércios e das Federações Nacionais na sensibilização dos senadores, para a supressão dos artigos 11 e 12 do PLV.

Reforma tributária

O diretor de Economia e Inovação da CNC, Guilherme Mercês, fez uma atualização sobre a reforma tributária, juntamente com o consultor tributário da Confederação, Gilberto Alvarenga. A CNC apoia a reforma por reconhecer que é preciso simplificar o sistema de tributos, tornando-o mais justo e menos oneroso. Segundo Mercês, o comércio varejista e os serviços gastam cerca de 140 bilhões de reais somente para estar em conformidade com as cobranças tributárias. A Confederação tem defendido o tripé alíquotas diferenciadas, não cumulatividade plena e manutenção do Simples Nacional, sempre afirmando que não há mais espaço para aumentar a carga tributária sobre o setor produtivo. “A entidade defende, também, que as empresas do Simples Nacional concedam créditos, sob risco de perda de competitividade das micros e pequenas empresas”, afirmou Mercês.

O consultor tributário da CNC apresentou os cálculos apurados pela entidade, levando em conta a alíquota proposta pelo governo. Foi possível verificar que os serviços, que não acumulam créditos do seu principal insumo que é a mão de obra, e também o Simples Nacional, único a não transferir créditos, serão os mais impactados pela proposta. Alvarenga ressaltou a necessidade de garantir a não cumulatividade plena e as alíquotas diferenciadas para não onerar o setor que é o maior empregador do País e não aumentar os custos das empresas no regime do Simples, o que poderá gerar maior informalidade.

RD Extraordinária

No dia 22 de maio, os presidentes de federações reuniram-se em Brasília para alinhar as ações estratégicas de acompanhamento e mobilização para a votação do PLV nº 09/2023, no Senado Federal, realizada no dia 23. O presidente Tadros voltou a agradecer o empenho de seus pares na mobilização pelos estados e a sensibilização junto às bancadas de senadores.

Elienai Câmara e Nara de Deus apresentam informações à Diretoria sobre a mobilização da CNC



CNC



CNC



Homenagens no World Company Award, na Grécia

Agraciado com o World Company Award (Woca) no biênio 2020-2022, o presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, presidiu a cerimônia de abertura da sétima edição do prêmio, no dia 1º de junho, realizada em Atenas, na Grécia. O evento, que contou com empresários e autoridades nacionais e estrangeiras, e também lideranças da política brasileira, incluiu fóruns e palestras sobre temas como turismo e ESG. É promovido pelo Global Council of Sustainability & Marketing (GCSM) e tem como objetivo buscar relações comerciais, intercâmbio cultural e socioeconômico no país que sedia o evento.

Divulgação



Divulgação



Tadros presidiu o evento (alto); na foto acima, com Antonio Queiroz, Raniery Coelho, Luiz Carlos Bohn e Agostinho Turbiano, da GCSM



Renato Araújo

DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A CNC defendeu, em audiência pública na Câmara dos Deputados, que a transformação digital da administração pública brasileira é extremamente relevante e urgente, repensando processos e serviços para torná-los mais ágeis, eficientes e acessíveis. O analista de Inovação William Guimarães representou a entidade.

Pedro Garcês



TOP OF MIND FOCO NACIONAL

O Instituto Inova concedeu à CNC o prêmio Top of Mind Foco Nacional, distinção anual que reconhece as marcas de sucesso do País. A entrega foi realizada em Brasília, no dia 30 de maio, contemplando o trabalho desenvolvido pela entidade para ampliar sua presença na mídia e na sociedade como representante máxima do setor terciário brasileiro. O Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-DF também foi agraciado.



Divulgação

EM DEFESA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Foi lançada no dia 16 de maio a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços de Saúde, que tem o deputado federal Pedro Westphalen (PP-RS) como coordenador. Os especialistas executivos da CNC Reiner Leite e Elielson Gonçalves participaram do evento reafirmando a defesa da entidade para propostas e políticas públicas que busquem a melhoria, o desenvolvimento e a sustentabilidade dos serviços de saúde.



CNC

FRENTE PARLAMENTAR PELO LIVRE MERCADO (FPLM)

O presidente em exercício da Fecomércio-SP e diretor da CNC, Ivo Dall'Acqua, participou da posse do novo coordenador da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP). O evento foi realizado durante um café da manhã, no restaurante do Senac, no Senado Federal.

REUNIÃO DO CONSELHÃO

Representando o presidente da CNC, José Roberto Tadros, que estava em viagem oficial, o 2º vice-presidente da entidade e presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, participou da primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS), conhecido como Conselho, órgão colegiado de assessoramento do presidente da República.



CNC

REFORMA TRIBUTÁRIA

O presidente Tadros se reuniu, no dia 26 de maio, com os deputados Domingos Sávio (PL-MG), Luis Carlos Gomes (Republicanos-RJ) e Christino Áureo (PP-RJ), com o diretor da Arcos Dourados/McDonald's, Fernando de Paula, e o presidente da Associação Brasileira de Franchising (ABF), Antônio Moreira, para falar sobre a reforma tributária. Tadros abordou a visão do Sistema Comércio e a preocupação de que as propostas não prejudiquem o setor de serviços, maior empregador do País.



CNC



A UNIÃO QUE FEZ A FORÇA

EM DEFESA DO SESC E DO SENAC





Maio de 2023 ficará marcado na história como o mês em que os atores sociais que compõem o Sistema Comércio provaram o quão longe se pode chegar trabalhando de forma integrada.

Diante do impasse de um possível corte de recursos considerados fundamentais para a manutenção do trabalho realizado nacionalmente pelo Sesc e pelo Senac, ficou demonstrado que o empenho coletivo é capaz de movimentar montanhas e que o diálogo é fundamental para garantir, democraticamente, que os compromissos assumidos sejam cumpridos.

A mobilização contra o desvio foi gigantesca e multiforme, com atos simultâneos em todos os estados brasileiros, com milhares de pessoas empunhando bandeiras e entoando gritos que ecoaram pelas ruas e chegaram aos ouvidos mais atentos do Congresso Nacional.

Esteve também nas redes sociais, com recorde de publicações e engajamento, exposta em rostos, famosos e anônimos, que reforçaram a importância do Sesc e do Senac para o País.

O auge do comprometimento se deu na coleta de assinaturas do abaixo-assinado contra a transferência de recursos, firmado por mais de um milhão de brasileiros, que hoje recebem o sincero agradecimento da CNC pelo empenho em garantir a continuidade de um trabalho que leva cultura, bem-estar, saúde e educação profissional de excelência a todas as regiões do Brasil.



O capítulo mais aguardado dessa história é sabido: o veto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos artigos 11 e 12 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 09/2023, que desviavam 5% da arrecadação do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) para a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), preservou os recursos das duas instituições.

Mas o périplo até 30 de maio, data da sanção presidencial, deu-se ao longo de um mês de encontros com membros do poder público, corpo a corpo nas ruas, mobilização social e engajamento de figuras emblemáticas contra o corte.

A longa e combativa jornada foi iniciada, ainda em abril, pelo presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, em encontro com o presidente Lula em Portugal, por ocasião da inauguração do escritório internacional da Confederação.

Graças ao diálogo aberto na ocasião, em que foram apresentados os argumentos de combate ao confisco de recursos compulsórios dos braços sociais da CNC, eles hoje estão salvaguardados e referendados pelo despacho presidencial encaminhado ao Senado Federal: "Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa retira valores consideráveis do orçamento do Serviço Social do Comércio e do Serviço Nacional de aprendizagem Comercial



População e trabalhadores foram às ruas, em manifestações pacíficas contra o corte de recursos do Sesc e do Senac

de forma imediata, o que pode acarretar prejuízos para alguns serviços sociais relevantes prestados pelas entidades do Sistema S.”

Contra fatos não há argumentos

A intensa trajetória até o veto presidencial foi marcada por uma série de narrativas, que buscavam se contrapor à verdade matemática: seriam fechadas 36 unidades do Sesc, com corte de 1.994 empregos e deixariam de ser investidos R\$ 121 milhões em atendimentos gratuitos. Também haveria diminuição de 2,6 milhões de quilos de alimentos distribuídos por programas como o premiado internacionalmente Mesa Brasil Sesc, supressão de 2,6 mil exames de saúde e de 37 mil atendimentos em atividades físicas e recreativas. Estimava-se ainda o corte de 2 mil apresentações culturais, com público de até 14 milhões de pessoas.

Os argumentos contrários falavam em sobra de recursos quando, na verdade, o valor apontado como suposto “superávit” do Sesc e do Senac já está comprometido com obras de manutenção ou início de novas unidades por todo o País. O orçamento de 2023 foi pactuado pelo Conselho Fiscal do Sesc e do Senac, formado por sete entes, sendo quatro lideranças do governo federal, dois de entidades empresariais e um representante da classe trabalhadora. Os recursos foram empenhados para uso previamente determinado e de conhecimento de todos, inclusive do governo.

“A promoção do Brasil no exterior não pode ocorrer em detrimento dos interesses dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo e das demandas sociais e educacionais do povo brasileiro”, afirmava o presidente da CNC. Para Tadros, o Sistema CNC-Sesc-Senac não poderia ser prejudicado porque “as consequências serão sofridas pelos trabalhadores dos diversos segmentos econômicos e pelas pessoas que mais necessitam da garantia do acesso aos serviços básicos e fundamentais previstos em nossa Constituição da República”.

O empenho político

Em uma corrida contra o tempo, os apoios e alianças foram fundamentais para o sucesso da empreitada. Politicamente, todos os entes do Sistema Comércio, incluindo membros da Confederação, de federações e de sindicatos, intensificaram os contatos institucionais com figuras políticas regionais, filiando diferentes níveis de autoridade pública ao embate.

Reuniões com bancadas de deputados e senadores, realizadas regionalmente, e apresentações da agenda social do Sistema Comércio foram um passo importante, que garantiu a entrada de aliados de peso na mobilização pró-Sesc e Senac.

Primordiais na etapa final da tramitação também foram os 31 senadores que

O abaixo-assinado contra o corte reuniu mais de um milhão de assinaturas



Manuela Cavadas



Fecomércio-RS



O Dia S mobilizou milhares de pessoas em defesa das instituições por todo o País

protocolaram requerimentos de matéria estranha, impugnando e denunciando os artigos inseridos à revelia do tema central do projeto durante o processo de aprovação na Câmara dos Deputados, em abril.

Também somaram esforços à campanha todas as centrais sindicais trabalhistas e confederações patronais do País. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional do Transporte (CNT) e a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) assinaram uma carta, entregue aos senadores, com a solicitação de que os artigos 11 e 12 do projeto de lei fossem derrubados.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e

Serviços da CUT e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) também se manifestaram. O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) enviou ao Senado uma carta argumentando que os artigos são inconstitucionais.

A opinião pública

Em que pese a natureza política de um projeto de lei, a mobilização da sociedade teve crucial influência para a preservação dos recursos do Sesc e do Senac. Dezenas de personalidades das artes e dos esportes, como Lenine, Renata Sorrah, Maitê Proença, Maria Bethânia, Tom Zé, Bernardinho e tantos outros, também se posicionaram contrariamente à proposta. “Por que mexer com o que está dando certo?”, perguntou a atriz Fernanda Montenegro em vídeo compartilhado nas redes sociais.

Na ocasião, o relator-geral da Constituição de 1988, Bernardo Cabral, afirmou que os artigos 11 e 12 representavam “um projeto que fulmina a Constituição da República Federativa do Brasil”, visto que o seu artigo 240 não permite que se entre em instituições particulares para retirar seus recursos financeiros, em especial no caso de Sesc e Senac, que usam seus recursos para ações e serviços que beneficiam a população em geral. Para o ex-senador, tratava-se não apenas de um “jabuti” inserido no projeto, mas de uma profunda inconstitucionalidade que precisava ser revogada pelo Poder Legislativo porque, do contrário, afetaria a vida e o bem-estar de muitas famílias brasileiras que dependem do Sesc e do Senac.

Já a petição on-line, lançada em 2 de maio, foi uma peça-chave do trabalho estratégico elaborado pela CNC para garantir a continuidade dos recursos compulsórios destinados ao Sesc e Senac. Em pouco mais de 20 dias, o abaixo-assinado atingiu a marca de um milhão de assinaturas, coletadas eletronicamente e também em um trabalho de campo assumido por colaboradores e parceiros das instituições, que foram às ruas reunir adesões em todo o Brasil.

O empenho das Federações do Comércio e Nacionais na coleta de assinaturas

mobilizou o País, tendo sido fundamental para o atingimento da meta de um milhão de assinaturas em menos de um mês.

O Dia S

Somados aos nomes conhecidos, figuras anônimas, que mantêm vínculo atual, histórico e afetivo com Sesc e Senac, somaram suas vozes ao coro de defesa das duas instituições. Marco temporal dessa jornada, o dia 16 de maio, ou o Dia S, como será sempre lembrado, levou milhares de brasileiros às ruas dos 26 estados e do Distrito Federal em manifestações simultâneas. Em coro, foram ditas palavras de ordem contra o desvio e argumentos sólidos sobre a destinação devida das contribuições dos grandes e médios empresários do setor terciário, constitucionalmente destinadas ao bem-estar e qualificação dos trabalhadores, seus familiares e da população em geral.

Os próximos capítulos

Finalizado o longo processo, foi firmado um acordo que prevê a formação de um grupo de trabalho bipartite, com membros do governo federal e da CNC, para criação de um plano conjunto, através da prestação de serviços de apoio ao turismo internacional, tendo as ações constitucionais do Sesc e do Senac, em bem-estar social e educação profissional, como foco único de atuação das duas instituições.

“Firmamos uma parceria com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico. No Brasil, não dá para pensar esse desenvolvimento sem o crescimento do turismo. O nosso sistema não pode transferir recursos líquidos, pois a finalidade e o foco são a qualidade de vida e a capacitação do trabalhador. Dessa forma, vamos auxiliar a Embratur. Todos saem ganhando, mas quem ganha mais é o Brasil”, disse o presidente Tadros no dia em que o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), manifestou o compromisso presidencial de vetar a matéria quando o projeto fosse à sanção.



CNC

“

O nosso sistema não pode transferir recursos líquidos, pois a finalidade e o foco são a qualidade de vida e a capacitação do trabalhador”

José Roberto Tadros

Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Uso dos recursos de Sesc e Senac determinados por lei

- Todos os recursos de Sesc e Senac devem financiar programas de bem-estar social aos comerciários e suas famílias.
- Criar e administrar escolas de aprendizagem comercial e cursos práticos de formação continuada ou de especialização para os empregados do comércio.

Obs.: Mesmo quem não contribui, caso das micros e pequenas empresas, também é beneficiado pela qualificação de funcionários e pela melhoria das condições de vida e de consumo dos brasileiros.



Comércio de alimentos ainda busca recuperação de vendas no pós-pandemia

As perspectivas para a economia brasileira, especificamente para o setor de varejo e atacado de alimentos, foram destaque na reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGal), na sede de Brasília da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 27 de abril. O grupo também debateu o impacto no segmento, segundo as principais propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso Nacional.

Para Fabio Bentes, economista da Diretoria de Economia e Inovação da CNC, o comércio varejista de alimentos ainda não se recuperou plenamente dos efeitos da pandemia e tem sofrido com problemas que nem sempre são perceptíveis ao consumidor.

“Mesmo representando o ramo mais importante do varejo, com 30% do número de estabelecimentos e geração de empregos, o setor alimentício não consegue deslanchar e alavancar o volume de vendas. O consumidor, que não observa o aumento do preço no atacado, se deixa levar por uma

percepção equivocada de que o varejo de alimentos estaria tirando algum tipo de proveito da alta de preços”, avaliou.

Segundo o economista, as dificuldades impostas pelos anos de pandemia levaram o setor a realizar um reajuste médio de 14% no preço dos produtos. A variação do preço no atacado, no entanto, chegou a 17% em 2020 e 2021. “Isso significa que o varejo de alimentos teve que comprimir suas margens e cobrir seus custos. O varejista ficou numa situação intermediária entre o ajuste possível e o ajuste viável”, afirmou.

A perspectiva para os próximos anos, no entanto, não é negativa, na avaliação de Fabio Bentes. “A inflação do setor de alimentos, que no ano passado fechou em quase 15%, apresentou um patamar de 6,35% em abril deste ano, ou seja, um número bem menor. Embora a perspectiva econômica para 2023 não seja das mais positivas, no próximo ano, o cenário tende a ser de maior tranquilidade, pois a população sentirá a descompressão dos preços, que demora um pouco a ser refletida no consumidor”, disse.

Reforma tributária

As propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso Nacional também estiveram no centro do debate promovido na reunião. O 2º vice-presidente da CNC e coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, destacou a vigilância e o acompanhamento que a Confederação tem feito em torno do tema.

“Nós estamos atentos aos impactos em cada segmento representado e estamos trabalhando para chegar a um projeto que não gere aumento tributário para o setor de serviços”, enfatizou Bohn.

Estudos realizados pela CNC mostram que a aplicação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 45/2019 e nº 110/2019 implicaria um aumento médio de 84% da carga tributária, com esse índice podendo chegar a quase 200% em alguns segmentos. Para o consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, que participou da reunião, as duas PECs penalizariam o setor de serviços.

“Precisamos chegar a uma proposta que exclua gargalos e torne o Brasil competitivo. O aumento da carga tributária não vai gerar aumento da arrecadação, vai apenas aumentar a sonegação de tributos, a informalidade e o desemprego”, ressaltou Alvarenga.

Trabalho das mulheres em domingos e feriados

A recente decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) pela condenação de empresas que não atendem ao artigo 386 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que prevê a obrigatoriedade de concessão de uma folga aos domingos, a cada 15 dias, para trabalhadores que atuam em segmentos como o

comércio, também esteve em pauta.

De acordo com Luciana Diniz, advogada da CNC, um posicionamento recente do Supremo Tribunal Federal (STF) reforça o entendimento do TST sobre a necessidade de folga quinzenal e sobre o entendimento de que um tratamento diferenciado às mulheres não fere o princípio da isonomia, já que, segundo o posicionamento do STF, as mulheres têm, em geral, maior responsabilidade com os cuidados da família e do lar.

Luciana Diniz destacou também que o TST não condenou apenas as empresas que não cumpriram com o artigo 386 da CLT, mas também aquelas que não buscaram a negociação coletiva, que, segundo a advogada, é o caminho mais seguro para as empresas que não conseguem compatibilizar a concessão das folgas às mulheres.

“A reforma trabalhista trouxe grande valorização para o negociado sobre o legislado. Para que o comércio e o trabalhador não saiam prejudicados, é importante buscar as convenções coletivas para que essa folga aos domingos seja negociada de acordo com as peculiaridades de cada categoria”, disse.

O economista da CNC Fabio Bentes participou virtualmente da reunião



Embaixador da União Europeia confirma que acordo com Mercosul pode sair este ano

A União Europeia (UE) é o principal investidor no Brasil e o segundo maior parceiro comercial do País. Por conta disso, o acordo UE–Mercosul é visto como positivo para os dois blocos, pois permitirá que as empresas dos dois lados sejam mais competitivas, negociando de forma mais aberta, sem custos excessivos. “É preciso agora vencer os desafios para que essa relação comercial se efetive e seja virtuosa”, disse o embaixador da UE no Brasil, Ignacio Ybáñez, durante a reunião da Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CBCex), na sede de Brasília da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 28 de abril.

“O acordo de Paris é o nosso norte, no qual cada uma das partes precisa trabalhar

seus desafios, de maneira que há um esforço de negociadores dos dois blocos para se tentar chegar a uma decisão ainda este ano”, disse Ignacio Ybáñez.

O coordenador da CBCex, Rubens Medrano, informou ao embaixador a abertura do escritório comercial da CNC em Portugal, no suporte às empresas brasileiras que atuam no comércio exterior do continente europeu, e explicou o papel das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, no apoio e assessoramento à Presidência da CNC. Ao ressaltar a participação dos representantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que tiveram a oportunidade de debater o tema da



Primeira reunião da CBCex do ano ocorreu presencialmente na CNC em Brasília

Luiz Carlos Bohn (esq.), embaixador Ignacio Ybáñez e Rubens Medrano: benefício para as empresas dos dois blocos

sustentabilidade, Medrano solicitou a Ignacio Ybáñez um resumo das principais tratativas políticas envolvendo o acordo de livre-comércio entre UE e Mercosul, fechado em 2019 após mais de 20 anos de discussões, porém ainda sem efetividade.

“Falar para um grupo que acompanha o desenvolvimento do comércio de seu país muito me honra. Nosso trabalho não é orientado para considerar somente a parte comercial, mas também a parte de investimentos, que tem um valor sobre como os empresários investem seu dinheiro, numa demonstração de confiança com seu país”, destacou o embaixador.

Recentemente, a delegação da UE no Brasil, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), lançou o Mapa Bilateral de Investimentos Brasil-UE, que mapeia as oportunidades de negócio mais promissoras entre o bloco e o País.

“O Brasil é o sexto maior destino de investimento estrangeiro direto da União Europeia fora da UE. O Brasil fica atrás apenas de Estados Unidos, Reino Unido, Suíça, Canadá e Rússia. Identificamos 263 bilhões de euros em investimentos aqui nos setores digital, telecomunicações, energético, saúde e infraestrutura”, afirmou o embaixador.

O coordenador-geral das Câmaras do Comércio e Serviços da CNC, Luiz Carlos Bohn, agradeceu a participação especial do embaixador na CBCex e reforçou o compromisso da Confederação em trabalhar pelo trinômio: segurança jurídica, democracia e livre mercado.



CNC

Balança comercial

Os recentes dados de importação e exportação do Brasil, importante indicador econômico para o comércio exterior, foram apresentados pela economista da Diretoria de Economia e Inovação da CNC Izis Ferreira. “O primeiro trimestre foi muito positivo, com um aumento de 4,8% das exportações, recorde, inclusive, se comparado com os últimos dez anos”, explicou a economista, atribuindo essa melhora ao fim do lockdown na China, onde as vendas cresceram 30% em março.

Acórdão do STF

O advogado da Diretoria Jurídica e Sindical da CNC Fernando Mello falou sobre o recente julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou os limites da coisa julgada em matéria tributária. O Supremo estabeleceu que um contribuinte que obteve uma decisão judicial favorável com trânsito em julgado, permitindo o não pagamento de um tributo, perde automaticamente o seu direito diante de um novo entendimento que considere a cobrança do mesmo tributo constitucional.

Análise de produtos ópticos deve ficar a cargo da ABNT e do Inmetro

As principais proposições legislativas de interesse do setor de comércio óptico estiveram em debate na reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica), realizada no dia 12 de maio, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Rio de Janeiro.

O coordenador da CBÓptica e vice-presidente da Fecomércio-RS, André Roncatto, ressaltou que o acompanhamento legislativo é fundamental para determinar os rumos do comércio óptico, reforçando a “atuação do grupo na CNC, na busca pelo fortalecimento do setor no Congresso Nacional”.

O tema foi apresentado pelo especialista executivo da Diretoria de Relações Institucionais da Confederação Douglas

Pinheiro, que destacou o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 07/2017. O projeto estabelece que óculos e lentes comercializados no País devem obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com aprovação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e da Associação Brasileira das Indústrias Ópticas (AbiÓptica).

“Em relação a esse projeto, a CNC é favorável, com ressalvas. Nós entendemos que, para o setor produtivo, o processo de análise da ABNT e do Inmetro é interessante, mas, em relação à AbiÓptica, não. O projeto tramita desde 2003 com textos diferentes e, atualmente, está na Comissão de Assuntos Sociais, com possível relatoria do senador Eduardo Girão, que é um parceiro do setor produtivo”, disse Douglas.

Integrantes da CBÓptica, na reunião realizada na sede da CNC, no Rio de Janeiro



Ele também falou sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.303/2019, que proíbe a comercialização de lentes oftálmicas sem as especificações fixadas na legislação sanitária e de normalização metrológica correlata.

Para o especialista, o projeto pode ser aprovado na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados. Antes, porém, será objeto de uma audiência pública na Comissão. “Estamos trabalhando para que a CNC participe do debate para contribuir”, afirmou Douglas.

Também foram debatidos em pauta projetos como o PL nº 7.412/2017, que dispõe sobre a comercialização de produtos ópticos e o licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços e produtos ópticos, e o PL nº 2.039/2020, que inclui no rol das atividades essenciais a comercialização de lentes de grau para óculos e lentes de contato, entre outras.

Comércio irregular de venda de óculos

Uma nova forma de comércio de óculos em estabelecimentos que não necessariamente sejam ópticas, prática que contraria princípios da legislação vigente, também esteve em pauta na reunião. O diretor executivo do Sindióptica-RS, Roberto Tenedini, falou sobre o tema e explicou que a venda de óculos e lentes de contato em estabelecimentos não autorizados pode trazer problemas ao consumidor. “Em muitos casos, a prática ocorre sem receituário, sem avaliação de um especialista e representa um descompromisso com a saúde, podendo causar danos à visão do consumidor em caso de uso inadequado desses produtos”, explicou.

Roberto Tenedini sugeriu o fortalecimento de um movimento nacional entre entidades representativas do segmento, para “neutralizar” a prática e sensibilizar o Judiciário que, de acordo com ele, enxerga a prática apenas como uma questão de mercado, e não de saúde.



Luiz Carlos Bohn ao lado de André Roncatto (ao microfone); na foto acima, o diretor executivo do Sindióptica-RS, Roberto Tenedini



Trabalho integrado de apoio ao setor farmacêutico é destaque na CBFarma

As pautas de interesse do segmento farmacêutico, com ênfase nos principais pontos defendidos pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) referentes ao projeto da reforma tributária, alinhados às demandas do setor terciário, foram debatidas na reunião da Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma), que se reuniu pela primeira vez no ano, no dia 18 de maio, na sede do Rio de Janeiro da Confederação.

A reunião foi conduzida pelo coordenador da CBFarma, Lázaro Luiz Gonzaga, que reforçou a importância da retomada de

reuniões presenciais e do trabalho conjunto realizado pela Câmara. “De forma objetiva e clara, mas não menos cautelosa, nossos encontros ajudam a nortear a forma com que atuamos nos entes legislativos para reduzir resistências e trazer soluções positivas para o nosso setor”, frisou.

Sérgio Henrique, responsável pela Gerência de Gestão das Representações da Diretoria de Relações Institucionais da CNC, e Gilberto Alvarenga, consultor para assuntos tributários da entidade, reforçaram os argumentos formulados pelos grupos de trabalho da instituição, já entregues a membros do governo federal e Congresso Nacional, com destaque, ao longo do encontro da CBFarma, para os tópicos de interesse do segmento de produtos farmacêuticos, tais como as peculiaridades das cobranças do Simples, ICMS e PIS/Cofins, este último com ampla margem de discrepâncias, dada a classificação nas listas positiva, negativa e neutra.



Gilberto Alvarenga, consultor para assuntos tributários da CNC, reforçou o posicionamento da instituição, já entregue aos membros do governo federal e do Congresso Nacional



“Ainda não há uma reforma legislativa concreta, mas sim propostas que serão congregadas em um grande projeto. Dessa forma, formulamos as premissas, ordenando as expectativas do comércio que deverão nortear qualquer proposta que venha a tramitar. Os tópicos incluem o aumento da base de arrecadação, combatendo a sonegação e a alta carga tributária; uma real simplificação de tributos para garantir celeridade e segurança aos negócios; e a não cumulatividade de impostos, possibilitando uma garantia constitucional”, explicou Alvarenga.

O Projeto de Lei (PL) nº 1.559/2021, que estabelece um piso salarial de R\$ 6,5 mil para farmacêuticos, além de um adicional de 10% do piso para o farmacêutico Responsável Técnico (RT), também foi pauta da reunião. Em uníssono, os membros da CBFarma apontaram o risco da proposta à manutenção dos pequenos negócios, sobretudo nas regiões economicamente menos desenvolvidas que correspondem a 60% dos empreendimentos farmacêuticos do País. Segundo dados apresentados pelo presidente da AbcFarma, Rafael Espinhel, o impacto econômico nos negócios seria de R\$ 2,8 bilhões.

Também compuseram a pauta o acompanhamento legislativo realizado pelos membros da CBFarma e pela Diretoria de Relações Institucionais da CNC em Brasília, em corpo a corpo com parlamentares e representantes de todo o País, sobre temas como a inconstitucionalidade da multa administrativa aplicada pelo Conselho de Farmácia, com base em múltiplos do salário mínimo (Leading Case 1409059), e o PL nº 491/2015, que dispõe sobre o fracionamento de medicamentos.

“As Câmaras são órgãos consultivos da Confederação que ajudam a esmiuçar os problemas, sob a ótica dos profissionais das áreas, auxiliando, assim, na tomada de decisões da nossa presidência”, reforçou Bohn.

As perspectivas de mudança do Programa Farmácia Popular do Brasil, os gargalos do Programa Operador Econômico Autorizado (OEA), as boas práticas para o incremento da contribuição sindical e a adequação do setor ao tratamento de dados sensíveis, conforme regula a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, também foram apresentadas durante o encontro da CBFarma.

Membros da Câmara debateram o impacto do projeto da reforma tributária e as principais propostas legislativas relacionadas ao setor



Proposta da reforma tributária ameaça 3,8 milhões de empregos

O substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária foi finalmente apresentado no dia 22 de junho para apreciação do Congresso Nacional. Na avaliação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), se aprovado sem ajustes, os cinco segmentos mais impactados, por aumento da carga tributária, no setor de serviços serão os de atividades recreativas e culturais (171%); serviços pessoais (160%); seleção, agenciamento e locação de mão de obra (157%); serviços de alojamento (153%); e serviços para edifícios e atividades paisagísticas (145%). No comércio, os mais atingidos deverão ser os do varejo e atacado de calçados (41,2% e 37,3%, respectivamente); atacado de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico (32,2%); varejo de vestuário (31,8%); e varejo de tecidos (31,4%). Principal gerador de empregos da economia brasileira, com o aumento de impostos, poderão ser eliminados 3,8 milhões de postos de trabalho no setor de serviços.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, em evento com governadores, no dia da apresentação da proposta

O estudo realizado pela CNC revela, ainda, uma possível majoração superior a 100% nos

serviços de vigilância, segurança e transporte de valores, serviços de escritório, serviços técnicos profissionais e serviços financeiros, de seguros e previdência complementar.

A análise aponta, também, que, no caso do comércio, podem ter aumento acima de 20% as papelarias, lojas de móveis e decorações, revendedores de artigos esportivos e de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos e veterinários.

“A reforma tributária é essencial para o desenvolvimento econômico do País, mas não pode penalizar o setor de serviços, que é o que mais avança e foi o primeiro a ajudar os brasileiros na recuperação pós-pandemia, quando centenas de milhares de famílias enfrentavam o luto e as enormes dificuldades provocadas pelo desemprego e pelos altos índices de inflação”, afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros. “O Brasil precisa, neste momento, da sensibilidade e empatia dos deputados e senadores para com esse setor, que vem absorvendo trabalhadores que perderam seus empregos por conta da automação da indústria e da agropecuária ao longo das duas últimas décadas”, pontua Tadros. O presidente da CNC lembra que, entre 2002 e 2021, a participação dos serviços na força de trabalho formal avançou de 35% para 59%.

Conforme os cálculos da CNC, com a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em 25%, a compensação do aumento da carga tributária no setor de serviços ameaça 3,8 milhões de empregos. Mesmo que os recursos provenientes da redução tributária da indústria fossem integralmente utilizados para contratações, seriam criados apenas 3,2 milhões de empregos, resultando em uma perda líquida de 600 mil postos de trabalho no mercado formal.





O ministro Luiz Marinho ao lado do presidente Tadros e dos demais integrantes da delegação brasileira

CNC lidera bancada de empregadores brasileiros na 111ª Conferência da OIT

De 5 a 16 de junho, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) participou, em Genebra, na Suíça, da 111ª Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência das Nações Unidas cuja missão é promover igualdade de condições e tratamento no local de trabalho. Este ano, a CNC liderou a bancada de empregadores brasileiros, sob o comando do presidente José Roberto Tadros, como principal comissário da delegação patronal do Brasil.

“É uma honra e satisfação representarmos todos os empregadores do Brasil. Na busca de melhorias das condições de trabalho e na ampliação da proteção social, o Brasil vem, por meio de um esforço nacional, com o apoio dos atores sociais de forma tripartite, promovendo o trabalho decente em todas as áreas do setor produtivo”, afirma Tadros.

A estrutura da OIT confere igualdade de interlocução a representantes de governos, organizações de empregadores e trabalhadores dos 187 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Anualmente, a organização promove a conferência, onde são determinadas as normas internacionais do trabalho e as políticas gerais da entidade global.

Os integrantes da delegação patronal brasileira participaram das comissões em que ocorreram debates técnicos, incluindo temas como aplicação de normas, aprendizagem, proteção laboral e transição justa. Além dos membros da CNC e das Federações do Comércio de diferentes estados, a comitiva foi composta por representantes patronais das Confederações Nacionais da Agricultura, da Indústria, da Saúde e do Transporte e entidades afins.

Representando o grupo, Tadros discursou durante a plenária, abordando a recuperação gradativa da economia brasileira pós-pandemia da Covid-19. “A retomada da economia veio por meio da recuperação do setor de serviços, que representa 58,9% de todo o PIB. O mercado de trabalho acompanhou a recuperação e criou cerca de dois milhões de postos de trabalho no ano, fazendo com que a taxa de desemprego reduzisse de 11,1% para 7,9% durante 2022”, afirmou o presidente da CNC.

Tadros também destacou o papel fundamental das entidades que compõem o Sistema S para a qualificação profissional de jovens e adultos, tendo destacado a possibilidade de o modelo ser replicado em outros países para garantir a atualização da mão de obra para o mercado de trabalho.

Programa dissemina a cultura da inovação entre as federações



Com foco em expandir nacionalmente a cultura da inovação entre as Federações do Comércio e seus parceiros, levando palestras, cases de sucesso e tendências transformadoras às capitais brasileiras, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) iniciou, em junho, um programa de fomento à inovação, o CNC Innovation Day.

O objetivo é fortalecer esse ecossistema nas regiões onde as federações atuam e garantir oportunidades de desenvolvimento de novas tecnologias, startups e negócios locais. Serão apresentados os principais temas e cenários relacionados às boas práticas de inovação no setor, reunindo parceiros, entidades governamentais e empresários.

O programa foi criado a partir da participação da CNC no Rio Innovation Week – maior encontro de tecnologia, inovação e negócios da América Latina –, do qual a Confederação foi patrocinadora máster e é uma ação continuada iniciada na sequência dessa parceria.

Marcelo Baiocchi, presidente da Fecomércio Goiás, no primeiro CNC Innovation Day

“Queremos garantir que todo o Sistema Comércio esteja imbuído dos valores e da cultura da inovação e que influencie positivamente todos os seus elos sobre como desenvolver essa

prática no dia a dia dos negócios. Buscamos fortalecer as cadeias de transformação locais, com foco na inteligência competitiva para a geração de estratégias mais assertivas e alinhadas às expectativas dos empresários”, explica Guilherme Mercês, diretor de Economia e Inovação da CNC.

Com atuação itinerante, percorrendo diferentes estados do País, o CNC Innovation Day iniciou sua temporada na região Centro-Oeste. A Fecomércio-GO abriu os debates sobre inovação, no dia 7 de junho, durante a 3ª Campus Party Goiás, em Goiânia.

A programação incluiu palestras de Elifas de Vargas, especialista em Marketing Digital e Varejo, e de Hálef Soler, head de Inovação da Oracle Brasil. Temas como futuro do trabalho, qualificação de mão de obra, cases de inovação e transformação digital, desafios e oportunidades para o mercado de varejo completaram a agenda do CNC Innovation Day em parceria com a Fecomércio-GO.

O próximo destino será a região Norte, com a parceria da Fecomércio-AM, em Manaus, no dia 25 de julho. Ainda em 2023, novas edições serão realizadas na Paraíba (22/09) e em Santa Catarina (31/10).

Silvio Simões



Arcabouço fiscal deve trazer equilíbrio para contas públicas

A tramitação do arcabouço fiscal, os pontos de destaque do novo regime fiscal e a previsão de votação da reforma tributária foram alguns temas apresentados durante o encontro E agora, Brasil?, realizado, em 30 de maio, pelos jornais *O Globo* e *Valor Econômico*, com patrocínio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O evento, mediado por Vera Magalhães, colunista de *O Globo*, e Sergio Lamucci, editor executivo do *Valor Econômico*, teve como convidados a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, que explicaram a aplicabilidade do arcabouço fiscal, na ocasião, recém-aprovado pela Câmara dos Deputados e em análise no Senado Federal.

Novo marco tributário, o arcabouço fiscal estabelece regras mais rígidas para as contas públicas, criando uma correlação entre a arrecadação e o investimento, evitando, assim, o descontrole fiscal e garantindo um melhor cenário para o mercado investidor.

Citando a tramitação do processo na Câmara e os ajustes efetuados pelo relator, o deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), a ministra destacou que as adaptações realizadas tornaram o arcabouço fiscal “crível, flexível e sustentável, em substituição ao outro sistema, chamado teto de gastos, que já não se sustentava”.

Perguntado sobre como o novo arcabouço fiscal se diferencia do teto de gastos, Gabriel Galípolo explicou que o teto de gastos, estabelecido em 2016, “visava a um caráter anticíclico” que não sofria ajustes de acordo com o crescimento ou a queda da atividade econômica, o que abria espaço para “excepcionalidades”, especialmente, para contemplar demandas sociais.

Já no arcabouço fiscal, “pretendemos criar bandas com limite inferior e superior de gastos, para conservar o caráter anticíclico, mas dar flexibilidade”. Segundo Galípolo, o novo regime



também possibilita “uma sinalização de bom comportamento da relação dívida/PIB, ao dizer que a despesa vai estar sempre limitada a um percentual inferior da receita, garantindo superávit”, pontuou o secretário.

Ambos reforçaram que o arcabouço fiscal, elaborado pelo Ministério da Fazenda, está alinhado com as melhores práticas fiscais internacionais e que esse tipo de adequação é importante para melhorar a percepção dos investidores sobre o Brasil. A ministra esclareceu que o arcabouço é “um regime de controle de gastos. E, embora olhe para a receita, ele é, basicamente, um compromisso do governo com a responsabilidade fiscal”.

Simone Tebet também comentou que, passada a aprovação do novo marco tributário, o empenho do governo será realizar a reforma tributária. Em uma estimativa otimista, a ministra espera que até o fim do ano o projeto tramite nas duas casas do Congresso Nacional, tendo apresentado alguns detalhes da proposta que está sendo elaborada: o agrupamento de pontos das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 45 e nº 110, unificação de impostos, alteração da tributação de consumo e serviços e a salvaguarda do pacto federativo e da distribuição de recursos entre municípios e estados.

Debate virtual teve patrocínio do Sistema Comércio

DIA DE PORTUGAL

A história e a cultura lusitanas são comemoradas em grande estilo no mês de junho, celebrando as conquistas e os feitos de uma civilização que ajudou a mudar o mapa do mundo, conforme mostra neste artigo o consultor da Presidência da CNC, Bernardo Cabral, versado no país de Camões.

O “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas” amplia a sua luminosidade no calendário gregoriano, quando 10 de junho emerge do fundo da história nos termos de uma velha melodia e no instante em que vastos contingentes humanos se manifestam e cantam o hino de uma unanimidade de almas que circunda a vetusta cidade de Lisboa.

Cavaleiro andante que pervagou as longínquas paragens do mundo, à hora em que a luzerna do tempo mal clareava a face da civilização, Portugal avocou a si a sorte exausta de um milionário de léguas, contanto pudesse o europeísmo latino formar, no além-mar, fascinantes patrimônios, ensejando o desfecho de um episódio que determinaria a expansão fantástica da lusitanidade. E dir-se-ia que estava ocorrendo a detonação de uma fatalidade espiritual de proporções notáveis, dando à sociedade ocidental um fôlego de grande extensão, com a hegemonia de um empório geográfico jamais ultrapassado.

Europeus, asiáticos, africanos e agrupamentos autoctônicos passariam a compor uma densa comunidade, de fronteiras superampliadas, na dimensão de uma epopeia que abriria na crônica política do globo um espaço extraordinário, a comprovar que o luso é um homem universal. E eis que a intemporalidade da gênese portuguesa instituiu uma originalidade tão própria às belas criações humanas que a ótica do tempo não as exonera da sua severa postura.

Há de considerar-se que as ações de pioneirismo do mapa do mundo, iniciadas com a Escola de Sagres, já se fundavam num embasamento filosófico, porque a Europa, libertada dos martírios contra os cristãos, sedimentou a fé na doutrina de Jesus, em sua ânsia ecumênica. E as missões do cristianismo se agilizaram, uniformizando o bloco dos servos de Deus.

Passado mais de meio milênio do feito das descobertas, fez-se Portugal credor do respeito da imortalidade, no qual os expoentes da heroicidade ingressam com o beneplácito da consciência das eras.

Filho de portugueses, e por isso herdeiro, na minha modéstia, da épica grandiosidade da pátria lusa, entendi de ocupar este espaço para prestar esta homenagem aos portugueses, seus descendentes e aos amigos de Portugal. Isso porque sempre procurei preservar esse honrado legado e, sendo cultor de um passado histórico, mais razões tenho para falar sobre a significação de uma data que nos induz a uma solene comunhão.

“

A intemporalidade da gênese portuguesa instituiu uma originalidade tão própria às belas criações humanas que a ótica do tempo não as exonera da sua severa postura”



Ernane Galvêas

é consultor da Presidência da CNC

UM NOVO SENAC NO HORIZONTE

O diretor-geral do Departamento Nacional do Senac, Marcus Fernandes, apresenta, neste artigo, as diretrizes estratégicas estabelecidas para que a instituição siga atendendo com rapidez e excelência às dinâmicas de um mundo em constante transformação e cada vez mais plural.

O Departamento Nacional do Senac está empenhado na construção do seu planejamento estratégico para o horizonte de 2024 a 2027.

O ponto de partida foi uma pesquisa de cenários e tendências com empresários do setor terciário, nossos departamentos regionais e o Sistema Comércio como um todo.

Com base nesse cenário, decidimos trabalhar com a metodologia OKR (sigla em inglês para Objetivos e Resultados-Chave). Ela organiza as metas da instituição em ciclos mais curtos, permitindo ajustes mais rápidos e melhor adaptação e flexibilidade às mudanças.

O passo seguinte foi estabelecer diretrizes estratégicas para o próximo quadriênio. Serão sete. A primeira delas é o Reposicionamento da Oferta de Educação Profissional. Queremos uma formação de qualidade e com potencial de escalabilidade para fortalecer e expandir cursos de aprendizagem, educação ao longo da vida, educação técnica articulada ao nível médio e educação superior.

Outra diretriz é Promoção da Inclusão Produtiva, da Sustentabilidade e da Diversidade. E o Programa Senac de Gratuidade, no qual aplicamos dois terços da nossa receita de contribuição compulsória líquida. Além disso, vamos atuar na implementação de estratégias educacionais voltadas para a sustentabilidade socioambiental e a diversidade, formando parcerias com organismos multilaterais, órgãos públicos e instituições não governamentais.

Efetividade no Relacionamento com o Setor Produtivo é uma diretriz que dialoga com a oferta e o desenvolvimento de produtos e serviços alinhados às demandas empresariais do comércio de bens, serviços e turismo. E outro desafio é o Fortalecimento da Comunicação e da Visibilidade Institucional.

Em linha com a quinta e a sexta diretrizes – Consolidação de Mecanismos de Conformidade e Fortalecimento da Gestão Sistêmica Orientada a Dados e Resultados –, vamos garantir a eficiência e a transparência dos processos internos.

Por fim, a diretriz Promoção da Inovação no Senac e no Setor Produtivo traduz nossa busca incessante pelo novo, a compreensão da importância do compartilhamento de boas práticas e da atuação integrada.

Estamos dedicados profundamente à tarefa de fazer do Senac uma instituição cada vez mais forte e capaz de atender com rapidez e excelência às dinâmicas de um mundo em constante transformação.



Vamos atuar na implementação de estratégias educacionais voltadas para a sustentabilidade socioambiental e a diversidade”




Marcus Fernandes é diretor-geral do Departamento Nacional do Senac



Pesquisas Econômicas

CNC





Números de maio mostram cenário influenciado por dívidas e crédito caro

Uma sequência de quedas da inflação gera a percepção de maior renda disponível, que, somada ao aumento da segurança quanto ao emprego, em razão da alta nas contratações formais, leva a um aumento da Intenção de Consumo das Famílias (ICF). Em maio, a ICF avançou 2,4%, atingindo um índice geral de 96,7 pontos, se aproximando da zona de satisfação (100 pontos). O impacto positivo foi maior entre as famílias de menor renda, onde o consumo cresceu mais.

Em contrapartida, o endividamento dos consumidores em nível elevado e os juros altos limitaram as compras, principalmente as que dependem de crédito. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) mostrou que, em maio, 78,3% das famílias tinham dívidas a vencer, percentual que segue o mesmo pelo quarto mês consecutivo. A inadimplência também apresentou estabilidade na passagem do mês. No entanto, destaque para o aumento tanto do endividamento quanto da inadimplência entre as faixas de rendimento médio.

O otimismo do consumidor com a melhora do rendimento não se traduziu em aumento das vendas de forma geral, em razão do endividamento e do crédito caro, o que acabou impactando na confiança dos empresários varejistas. O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) sofreu uma queda mensal de 1,5% em maio, atingindo 108,4 pontos.

Diante desse cenário e da expectativa de uma redução lenta e gradual dos juros a partir de setembro, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) prevê um crescimento de 1,8% das vendas do varejo em 2023.

Otimismo do consumidor de menor renda impulsiona intenção de compra das famílias

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF), apurada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), avançou 2,4% em maio, descontados os efeitos sazonais, e manteve a tendência de alta. O nível de consumo atual teve o maior aumento em maio, de 3,4%, com a combinação de inflação mais baixa e emprego mais favorável, embora o indicador esteja na zona negativa, com 81,5 pontos.

Os consumidores também apontaram maior intenção de consumo de produtos duráveis, mas a alta tem relação com a base de comparação muito baixa. Conforme o presidente da CNC, José Roberto Tadros, diversos fatores auxiliaram a elevação do indicador. "Houve crescimento de todos os indicadores nas comparações mensal e anual, especialmente por conta das sucessivas quedas da inflação além do esperado, o que tem deixado os consumidores mais dispostos a consumir", afirma.

Outro ponto ressaltado pelo presidente da CNC é a maior satisfação dos brasileiros com o emprego, o que permite a dinâmica mais favorável do nível de consumo atual. A contínua geração de vagas formais pelo setor de serviços, com contratação de pessoas com menor escolaridade, fez o índice alcançar 121,6 pontos, o maior nível desde abril de 2015.

Inflação baixa melhora renda dos mais pobres

A evolução da inflação em abril novamente mostrou desaceleração, em 4,18%, em termos anuais, ficando dentro do intervalo da meta do Banco Central do Brasil (4,75%) pelo segundo mês consecutivo. Além disso, a inflação dos alimentos e bebidas, itens que mais pesam no orçamento das famílias de renda menor, desacelerou. O crescimento na intenção de compra entre os consumidores de menor renda fez os índices das duas faixas de rendimento se aproximarem. O volume de consumidores com até dez salários mínimos que consideram a renda atual melhor do que há um ano chegou a 34,6%, maior percentual em três anos.

AVALIAÇÃO EM ALTA

A avaliação da renda atual melhorou 2,9%, atingindo o maior nível desde maio de 2015. Trinta e seis e meio por cento dos consumidores consideram sua renda melhor do que há um ano, a maior desde março de 2020, início da pandemia da Covid-19. O indicador chegou a:



115,3
PONTOS

CNC



A maior intenção de compra entre os mais pobres está relacionada com a melhora da avaliação da renda por esse grupo. Tanto no mês quanto no ano, a percepção de que o dinheiro está comprando mais cresceu em maior intensidade entre os consumidores de rendas média e baixa (3,1% e 31,2%, respectivamente)"

>>> ICF

é um indicador com capacidade de medir a avaliação que os consumidores fazem de aspectos importantes da condição de vida de sua família, como capacidade de consumo e condições de crédito.

Izis Ferreira,
economista responsável pela pesquisa

Endividamento e inadimplência crescem entre a classe média

O percentual de famílias com dívidas a vencer permaneceu inalterado em maio pelo quarto mês consecutivo, representando 78,3% das famílias no País. Mas, segundo estimativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), esse índice deve voltar a crescer em julho deste ano. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada mensalmente pela CNC, apontou ainda que, desse total, 18% dos brasileiros se consideram muito endividados, maior percentual desde agosto de 2022.

O endividamento dos consumidores permanece estável desde dezembro do ano passado, especialmente por conta do encarecimento e da seletividade das concessões de crédito pelas instituições financeiras. A taxa média de juros das concessões de crédito às pessoas físicas alcançou 59,7% ao ano em abril, o maior percentual desde agosto de 2017, segundo dados do Banco Central do Brasil.

“A alta dos juros tende a ter maior influência nas contas da classe média, enquanto o incremento de políticas voltadas para os benefícios sociais tem reflexo nas faixas de menor renda. Isso explica, em boa parte, os resultados da Peic de maio”, afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

A Peic também apontou estabilidade na parcela de consumidores com dívidas atrasadas em maio, que alcançou 29,1% do total de famílias (a média trimestral é de 29,2%). Entre essas famílias inadimplentes, 11,8% afirmaram que não terão condições de pagar dívidas já atrasadas, o maior percentual desde outubro de 2020.

Apesar de a inadimplência ter crescido mais entre famílias de classe média, que recebem de três a cinco salários mínimos (1,9 p.p.) e de cinco a dez salários (2,1 p.p.), são as famílias com renda de zero a três salários as mais atingidas, com a inadimplência alcançando 36,3% delas.

FAIXAS DE RENDIMENTO COM CENÁRIOS DISTINTOS

Em maio, o endividamento ocorreu de maneira distinta entre as faixas de renda, houve queda da proporção de endividados entre os mais pobres e os mais ricos (-0,3 p.p. para ambos), enquanto o percentual de endividados aumentou nas faixas de rendimento médio. Entre as famílias que ganham de cinco a dez salários mensais, 78% estavam endividadas, um crescimento mensal de 0,2 p.p. e anual de 2 p.p. Para famílias com rendas de três a cinco salários, o endividamento cresceu 0,9 p.p. em relação a abril e 1 p.p. no comparativo anual, atingindo:



79,6%



O maior alcance e aumento dos valores do Bolsa Família e a retomada das contratações formais de pessoas com menor escolaridade têm auxiliado os consumidores que recebem menos de três salários mínimos a pagar as dívidas. São eles, também, o principal foco de renegociações, e, com isso, o risco de inadimplência vem aumentando mais na classe média”

>>> PEIC

é apurada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, com 18 mil consumidores.

Izis Ferreira,
economista responsável pela pesquisa

Confiança do empresário volta a cair e mantém tendência de queda

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), apurado mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), atingiu 108,4 pontos em maio, uma queda mensal de 1,5%, descontados os efeitos sazonais. A redução do otimismo dos varejistas no mês reverte parte da alta de abril e retoma a tendência negativa do indicador, apontada desde dezembro de 2022.

A menor confiança também ocorreu na comparação anual, com queda de 9,8%. Essa foi a maior retração do Icec nesse comparativo desde abril de 2021, quando o índice anual caiu 20,7%. Todos os indicadores apresentaram redução, com destaque para a percepção das condições atuais que, há três meses, entrou na zona negativa (abaixo dos 100 pontos), com quedas da avaliação dos varejistas acerca do desempenho da economia e do comércio.

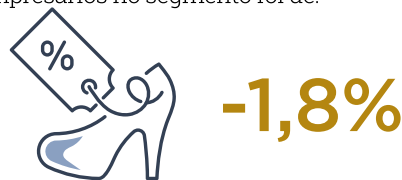
No indicador das condições do setor, 58% dos comerciantes apontaram que as vendas pioraram, percentual mais alto dos últimos dois anos. Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, apesar de os consumidores indicarem maior disposição de compra, como mostra a pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), também realizada pela CNC, o endividamento e a inadimplência elevados e o crédito caro e seletivo limitam a capacidade de consumo. "O consumidor tem apresentado otimismo, com melhora da renda disponível em razão da inflação mais baixa e das contratações formais em crescimento, mas isso não tem se traduzido em alta das vendas no varejo de forma geral e sustentada", afirma.

Perspectiva de diminuição das vendas

As perspectivas dos lojistas quanto ao desempenho desfavorável das vendas nos próximos meses são generalizadas, mas o varejo de produtos duráveis concentra as maiores reduções nas expectativas, com queda de 2,1% na comparação mensal e redução de 10% em relação a maio de 2022.

VESTUÁRIO TEVE A MAIOR REDUÇÃO

A confiança dos varejistas de roupas, acessórios e calçados teve a maior redução no mês, na comparação com os demais segmentos pesquisados. Isso porque a inflação sobre o vestuário ainda assusta, acumulou alta anual de 12,9% em abril no IPCA, bem acima do índice geral (4,2%). Com isso, o volume de vendas de artigos de vestuário acumula retração de 4,7% até março. A redução da confiança dos empresários no segmento foi de:



Mesmo que o consumidor de renda média e baixa esteja mais disposto a consumir e com as datas comemorativas dos próximos meses estimulando as vendas, o otimismo é menor entre os empresários de todos os segmentos. A cada dez comerciantes, três consideram que as vendas do setor devem piorar nos próximos meses”

>>> ICEC

é um indicador mensal antecedente, apurado entre os tomadores de decisão das empresas do varejo. A amostra é composta por seis mil empresas de todo o País.

Izis Ferreira,
economista responsável pela pesquisa

CNC



REFORMA TRIBUTÁRIA

“A CNC agiu fortemente durante todo o processo de formatação da proposta. Muitas das nossas sugestões foram apropriadas pelo relator, como as alíquotas diferenciadas para o setor de serviços, a não cumulatividade plena, o creditamento para as empresas do Simples Nacional, além de outras. Agora cabe à Câmara fazer os ajustes necessários. Precisamos ficar atentos até a aprovação da matéria.”

Leandro Domingos,

presidente da Fecomércio-AC, sobre a apresentação do relatório da reforma tributária

SETOR DE SERVIÇOS

“É importante que o setor que mais emprega no País tenha alíquotas diferenciadas. Não podemos ter mais aumentos na cadeia de serviços para que haja mais desempregos e pessoas trabalhando na informalidade. Estamos otimistas porque participamos das discussões, apresentando números aos envolvidos para entendimento amplo do comércio e de serviços.”

Nadim Donato,

presidente da Fecomércio-MG, durante evento sobre jornada tributária na Federação



Divulgação

CNC



MANUTENÇÃO DE INCENTIVOS

“As Áreas de Livre Comércio incentivam o empresário e a instalação de novas empresas no nosso estado. Sabemos que a reforma é importante, mas precisamos olhar essas áreas de exceção, pedindo o apoio dos parlamentares para incluir no documento os benefícios fiscais. Se o texto da reforma for aprovado como está, vai deixar Roraima mais uma vez dependente exclusivamente de repasses federais.”

Ademir dos Santos,

presidente da Fecomércio-RR, sobre a importância de benefícios fiscais na reforma



Turismo e Hospitalidade



Tradição que movimenta as economias locais

Junho/Julho de 2023. O mês que recebe o inverno brasileiro é conhecido por um dos festejos mais típicos do País, o de São João. As festas juninas são uma tradição que, principalmente no Nordeste, movimenta o turismo e a economia. A **CNC Notícias** convida você a conhecer o Maior São João do Mundo, em Campina Grande, na Paraíba, que é o destino turístico desta edição. Venha entender como um grande evento movimenta a economia local e de que forma o Sistema Fecomércio-Sesc-Senac da Paraíba trabalha para preparar, incentivar e apoiar as atividades turísticas e comerciais para o período. Confira ainda a entrevista com a secretária de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba, Rosália Lucas, que reafirma a potência do setor para a economia paraibana.

Cumprindo seu papel de defesa nacional do setor terciário, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) participou de audiência pública da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados para debater o impacto da reforma tributária nas atividades do turismo e apresentou dados econômicos em seminário do Fundo Geral de Turismo com agentes financeiros.

O Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC comemora os frutos de uma atuação de mais de dez anos pelo fortalecimento do setor junto às Fecomércios. Em junho, o Cetur participou da reinauguração da Câmara Empresarial de Turismo do Espírito Santo, realizada após o lançamento da Câmara Empresarial de Turismo da Fecomércio-MA e de a Fecomércio-AP dar posse aos membros do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade da entidade (Cetur-AP). Atualmente, 26 unidades federativas possuem conselhos ou câmaras empresarias de turismo.

Em Sergipe, o Senac realiza o 1º Encontro de Gastronomia – Saberes e Sabores, enquanto, em Goiás, é inaugurado o Hotel Sesc Vila Boa.

O turismo ganha força com o Sistema Comércio.

COLABORARAM NESTA EDITORIA: Diego Caiaffo, assessor de Comunicação do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Paraíba; Dayana Calheiros, assessora de Comunicação do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Paraíba; e Dennise Vasconcelos, assessora da Fecomércio Paraíba.

Cetur participa da reinstalação da câmara de turismo da Fecomércio-ES



Um novo passo foi dado para o avanço do turismo capixaba, no dia 14 de junho, com a posse dos membros da Câmara Empresarial de Turismo (CET-ES) da Fecomércio-ES, que vão contribuir para fomentar a atividade turística e o desenvolvimento econômico do estado.

O evento contou com a presença do diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que coordena o Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur), Alexandre Sampaio, e foi realizado em parceria com o governo do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado do Turismo (Setur), no Palácio Anchieta, em Vitória.

Na ocasião, estiveram presentes o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande; o titular da Setur, Weverson Meireles; o presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-ES, Idalberto Moro; o 1º vice-presidente da Fecomércio-ES, Luiz Coutinho; entre outras autoridades e convidados.

“A iniciativa foi prestigiada pelo trade e pelo empresariado capixaba e contou com apoio do governador do estado, que ofereceu o Palácio para a cerimônia, o que demonstra a liderança da Fecomércio-ES no setor. Destaco

ainda que o presidente Idalberto contratou um executivo para a operação da Câmara, reconhecendo que o turismo terá um papel fundamental no desenvolvimento do estado”, reconheceu o diretor da CNC e coordenador do Cetur.

O presidente do Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Espírito Santo (Sindbares), Rodrigo Vervloet, vai presidir a CET-ES, que terá como vice-presidente Attila Miranda, presidente do Sindicato de Hotéis e Meios de Hospedagem do Estado do Espírito Santo (Sindihotéis-ES), e José Antonio Bof Buffon será o secretário executivo.

De acordo com o presidente da Fecomércio-ES, a CET vive novo momento, marcado por escopo e abrangência maiores, e nova governança. “Os 23 membros representam os setores da atividade turística, como eventos, agências de viagens, hotéis, bares e restaurantes, transportes e outros”, explicou Idalberto.

A Câmara vai formular propostas de políticas públicas, como a formação de recursos humanos; além de realizar estudos técnicos que auxiliem na melhor compreensão das atividades turísticas e seu papel na economia.



Setor defende alíquotas diferenciadas para crescer

O diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que coordena o Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da entidade, Alexandre Sampaio, participou de audiência pública promovida pela Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados para debater o impacto da reforma tributária no setor de turismo, em maio, na Câmara dos Deputados. O debate atendeu a requerimento do deputado Romero Rodrigues (PSC-PB), que destacou que “o setor de turismo tem se recuperado relativamente rápido, e, com os incentivos corretos, poderá atingir o seu potencial máximo”.

Sampaio defendeu que é preciso trabalhar com a implementação de alíquotas diferenciadas por setor, não cumulatividade plena e que as empresas do Simples também possam ter créditos, ou perderão competitividade.



“A CNC fez uma análise detalhada da proposta do governo e observou que a aprovação de uma alíquota única geraria um aumento de até 260% na carga tributária do setor de serviços. Caso essas propostas não sejam revistas, teremos um impasse”, avaliou Sampaio.

Cartão de crédito tem sido a base da retomada

A economista da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC Izis Ferreira representou a entidade no seminário do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) – Novo Fungetur – com agentes financeiros, ocorrido no dia 14 junho, no auditório do Ministério de Minas e Energia, em Brasília. O encontro, promovido pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), debateu investimentos, cenário e tendências do turismo. Com destaque para o aumento do uso do crédito pelos brasileiros, Izis traçou um panorama do consumo no País e falou sobre a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da CNC.

Segundo a economista, houve um aumento do uso de crédito no pós-pandemia para recomposição da renda familiar, ampliando o endividamento. De 2019 a maio de 2023, o

cartão de crédito foi uma das modalidades de consumo que mais apresentaram alta. “No turismo, por exemplo, o cartão de crédito é um produto extremamente relevante. É muito difícil comprar passagens aéreas ou pacotes turísticos sem esse meio de compra que, junto dos carnês e cartões de loja, tem sido a base da retomada da economia”, afirmou Izis Ferreira.



PARAÍBA QUE ENCANTA

O estado segue em contínuo desenvolvimento, principalmente no que se refere ao turismo. Neste artigo, o presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Paraíba, José Marconi Medeiros, mostra que as entidades seguem empenhadas e atuantes na promoção do fortalecimento regional.

Os turistas saem do nosso estado com as expectativas superadas e com o desejo de retornar. Essa informação foi constatada na Pesquisa Anual do Desempenho do Turismo na Região Metropolitana de João Pessoa de 2023 realizada pelo Instituto de Planejamento, Estatística e Desenvolvimento, da Fecomércio Paraíba. O estudo mostra que 98,71% dos visitantes tiveram suas expectativas correspondidas ou superadas, 97,99% pretendem retornar e 98,28% indicariam o estado como roteiro turístico. E essa boa impressão é a que queremos que cada vez mais brasileiros tenham da Paraíba, que vem constantemente crescendo para o turismo.

Com uma geografia peculiar, que envolve um litoral belo e de praias deslumbrantes, passando pelo Agreste e pelo Brejo, conhecido por seu clima ameno e de paisagens admiráveis, até chegar ao Sertão, rico de história, cultura e conhecimento.

Por falar em história, um dos atrativos turísticos da Paraíba é o passado. O estado tem a terceira capital mais antiga do País. João Pessoa, que nasceu às margens do rio Sanhauá, tem sua trajetória marcada por influências portuguesas,

holandesas e francesas, que podemos notar no conjunto arquitetônico dos casarios e igrejas do Centro Histórico da capital da Paraíba. Já no outro lado da cidade, temos o ponto mais Oriental das Américas. E não podemos esquecer o legado de bravura dos povos originários, essa terra de tabajaras, potiguaras e cariris que marcam nossa herança cultural e estão presentes, ainda hoje, nas tribos potiguaras no município da Baía da Traição, no litoral norte da Paraíba.

Não podemos deixar de destacar a Rainha da Borborema: Campina Grande! A terra do maior São João do Mundo que, em junho, respira e vive a tradição das festas juninas, com 30 dias de festa com artistas locais e de todo o País que atrai públicos gigantescos, mas sem deixar de lado o São João raiz, com suas comidas típicas, as brincadeiras, a religiosidade e os mais diversos costumes.

A gastronomia da Paraíba é um capítulo à parte. Nossos restaurantes estão sempre investindo em qualificação e qualidade, sem deixar de lado nossas origens, com alimentos tradicionais apresentados em padrões que os consumidores exigem e merecem. O turismo de eventos vem ganhando força no estado pelos investimentos em centros de convenções públicos e privados, capazes de receber os mais variados eventos. Isso reflete no aumento da oferta hoteleira, no crescimento de restaurante, bares e várias atividades que ganham espaço com a ampliação do turismo.

Nosso desejo é que a Paraíba, com todo seu potencial de receptividade, sabores, culturas e belezas, possa receber e encantar mais e mais pessoas. Nós, da Fecomércio, do Sesc e do Senac-PB, seguimos empenhados e atuando de forma intensa para promover o nosso estado de mar, sol, sertão, cultura e tradição.

Fecomércio-PB



José Marconi Medeiros

é presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Paraíba

“

Estudo mostra que 98,71% dos visitantes tiveram suas expectativas correspondidas ou superadas, 97,99% pretendem retornar e 98,28% indicariam a Paraíba como roteiro turístico”



Maior São João do Mundo faz 40 anos

O Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Paraíba apresenta e comemora o tradicional evento anual de Campina Grande, que mobiliza a população, o turismo e o comércio do estado.

No Nordeste, não tem como falar do mês de junho sem mencionar aquela que é uma das datas mais especiais para a região: o São João. Na Paraíba, em particular, a data é ainda mais comemorada, pois é no interior do estado, na belíssima cidade de Campina Grande, que é celebrado aquele que é considerado o Maior São João do Mundo, e que nesta edição completa 40 anos de realização.

Ao todo, são 30 dias de festas ininterruptas que preenchem o calendário junino em praças, parques, estações, bairros e no tradicional Parque do Povo, polo principal dessa grande celebração. Na programação, mais de 350 atrações, entre artistas de renome, tanto locais como convidados, além de trios de forró pé de serra e das quadrilhas juninas que enfeitam a festa com cores e movimentos da tradição. E quem celebra toda essa festa é o setor do comércio de bens, serviços e turismo, que lucra direta e indiretamente, além de promover emprego e renda aos campinenses e aos paraibanos.

O Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Paraíba participa desse grande evento e ajuda a impulsionar as atividades turísticas com capacitação e qualificação de toda a cadeia produtiva, apoio ao empreendedorismo, na divulgação e no marketing do destino e em parcerias com o poder público.

Capital: João Pessoa

Área territorial (km²):
56.467,242

População estimada:
4.059.905 pessoas [2021]

Municípios: 223

**Densidade demográfica
(hab./km²):** 66,70

PBTur



André Pimentel



O Parque do Povo (no alto) é o ponto principal do São João de Campina Grande. Em 2023, a festa deve movimentar R\$ 500 milhões, aquecendo setores da economia como o de vestuário, com a produção de figurinos para as tradicionais quadrilhas

Impulsionamento para o comércio

O título de Maior São João do Mundo não é à toa: a cada ano, durante as comemorações, mais de dois milhões e meio de pessoas visitam a Rainha da Borborema, como é conhecida a cidade de Campina Grande. Assim, as festas juninas desempenham um papel de extrema importância no fortalecimento do comércio e do turismo locais, que se preparam para atender esse aumento na demanda.

Com sua grandiosidade e tradição, o São João de Campina Grande tem um impacto substancial na economia da cidade e é um catalisador para o comércio da região. Segundo dados do governo do estado, em 2023, a festa deve movimentar cerca de R\$ 500 milhões, valor que inclui gastos com hospedagem, alimentação, transporte, produtos típicos e outras atividades relacionadas à festividade.

Para atender à demanda de pessoas que circulam pela cidade, lojas, mercados e supermercados preparam seus estoques e fazem promoções para abastecer a festa, tanto na área de alimentação quanto no setor de vestuário. A época também é oportuna para os trabalhadores informais e autônomos, como as costureiras, que lucram com a produção de figurinos para as quadrilhas; os artesãos, com a produção de adereços típicos; os taxistas e motoristas de aplicativos, que atendem à demanda do aumento de fluxo de deslocamento em toda a cidade; entre outros.

Outro ganho para a economia são os empregos temporários que beneficiam a população local. Durante a época junina, muitos hotéis, restaurantes, bares e estabelecimentos comerciais contratam funcionários adicionais para atender à demanda crescente. Equipe de montagem, vendedores ambulantes, artesãos, costureiros e produtores de alimentos também encontram no evento uma oportunidade de aumentar suas vendas e gerar renda extra. Entre varejo, turismo e infraestrutura, são mais de 500 postos de trabalho gerados para os campinenses.

Turismo

No que diz respeito ao turismo, o São João de Campina Grande se tornou o principal atrativo cultural da região Nordeste do Brasil no mês de junho. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Campina Grande estima que mais de dois milhões de turistas de outros estados e países visitam a cidade no período. Número que tem crescido de forma significativa a cada ano, consolidando Campina Grande como um destino turístico reconhecido internacionalmente.

Uma das grandes conquistas em 2023 foi a ampliação no número de voos que têm como partida ou destino o

Aeroporto João Suassuna, localizado em Campina Grande. Recentemente, a Azul Linhas Aéreas anunciou o aumento da malha aérea da cidade para sete voos diários e seis destinos diretos, decisão que transformou a cidade em hub regional da empresa. Com novos voos e mercados, serão mais de 25 mil assentos ofertados por mês, quatro vezes mais que o atual.

O aumento do fluxo de turistas no São João traz benefícios diretos para os setores de hospedagem, alimentação e entretenimento. Segundo dados do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Campina Grande, os hotéis e pousadas da região registram lotações sempre acima de 90% nos fins de semana juninos, e ocupação de 100% no feriado do dia 23 e 24 de junho, impulsionando a receita hoteleira. Os restaurantes e bares se beneficiam do aumento da demanda por refeições e bebidas típicas. Muitos oferecem, também, uma programação própria, com espaços de entretenimento, como apresentações musicais e eventos culturais, atraindo e ampliando seu público.

Salão do Artesanato

Outro destaque que acontece paralelamente à programação do Maior São João do Mundo é o Salão do Artesanato Paraibano, realizado pelo governo do estado. Em 2023, na 36ª edição do evento, o Salão homenageia a tradicional Feira Central da Rainha da Borborema, com o tema Tudo Vira Arte na Feira de Campina, e terá a participação de aproximadamente 500 artesãos paraibanos expondo e comercializando seus trabalhos. A expectativa é de que o local seja visitado por um público de 85 mil pessoas e que gere um volume de negócios em torno de um milhão de reais.

Além disso, o Salão do Artesanato também promove a inclusão social e a geração de empregos na comunidade. Muitos artesãos têm a oportunidade de se profissionalizar e ampliar suas habilidades por meio de capacitações oferecidas durante o evento. Isso permite que eles aprimorem suas técnicas, desenvolvam novos produtos e aumentem sua competitividade no mercado. Dessa forma, o Salão não apenas valoriza o artesanato, mas também contribui para a formação de uma mão de obra qualificada e empreendedora.

Mas a valorização dos artesãos e da cultura local não se limita apenas à esfera econômica. O Salão do Artesanato Paraibano também desempenha um papel importante na preservação de tradições, histórias e saberes transmitidos pelos artesãos. Ao valorizar e promover esses aspectos, o evento mantém viva a memória cultural da região e reforça o senso de identidade da comunidade.

Reconstrução da Vila Nova da Rainha, que deu origem a Campina Grande, no Parque do Povo; mais abaixo, o Salão do Artesanato Paraibano, que este ano terá sua 36ª edição



Secom/PMCG



Reprodução

Sesc e Senac integram a programação

O Sesc e o Senac Paraíba participam da programação do Maior São João do Mundo. Tradicionalmente, o Sesc realiza o Arraiá na unidade do Sesc Açude Velho, com uma programação com artistas renomados e que estão surgindo na cena local, valorizando a cultura campinense e incentivando novos talentos. Já passaram pelo palco do Sesc artistas como Amazan, Os Três do Nordeste, Ton Oliveira, Samya Maia, entre outros. A festa acontece durante três dias e reúne a família dos trabalhadores do comércio para as noites animadas ao som do tradicional forró pé de serra.

Já o Senac participa do tradicional Casamento Coletivo promovido pela Prefeitura Municipal de Campina Grande sempre no Dia dos Namorados, na Pirâmide do Parque do Povo, durante a festa de São João. O evento celebra a união civil de 100 casais e, há dez anos, o Senac fechou parceria com a Secretaria Municipal de Cultura para realizar um dia de noiva para 50 mulheres que participam da ação. Professores, alunos e egressos dos cursos de cabeleireiro, maquiagem e massoterapia da instituição ficam a cargo da maquiagem, do penteado e da massagem relaxante das noivas, para que esse momento seja celebrado da forma que elas merecem. O Senac também leva alunos e egressos do curso de Garçom ao tradicional Arraiá de Cumpade, no distrito campinense de Galante, onde eles podem colocar em prática todo o aprendizado adquirido em sala de aula no serviço de alimentos e bebidas.

O Maior São João do Mundo é um espetáculo que une beleza, magia, valorização cultural, e geração de emprego e renda em um só evento. Além disso, o São João de Campina Grande é uma celebração que mantém viva as tradições nordestinas e valoriza o trabalho dos artistas locais, dos empresários, da classe trabalhadora e de todos os paraibanos. É um momento de conexão, em que visitantes de todas as partes do Brasil e do mundo podem se encantar com a cultura, se deliciar com as festividades e se apaixonar pela hospitalidade campinense. Tudo isso torna o São João de Campina Grande uma verdadeira celebração da identidade e do espírito acolhedor do povo paraibano, e seu legado brilha como uma das maiores e mais encantadoras festas populares do mundo.



Ascom Fecomércio-PB



Ascom Fecomércio-PB

No alto, Arraiá do Sesc, e, ao lado, preparativos para o Casamento Coletivo, que há dez anos celebra a união civil de 100 casais e tem o apoio do Senac com um dia de noiva

ENTREVISTA: **ROSÁLIA LUCAS**

A secretária de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba, Rosália Lucas, fala à CNC Notícias sobre economia, turismo e festejos juninos. Para ela, o setor vive uma das melhores fases dos últimos anos, graças a investimentos que alavancam o estado como destino turístico.



Qual a estratégia da Secretaria para desenvolver o turismo na Paraíba?

Abordamos o turismo paraibano em suas mais diferentes atuações e conseguimos ver que o setor vive uma das melhores fases dos últimos anos. O governo da Paraíba vem desenvolvendo um trabalho com campanhas de divulgação do destino, capacitações de agentes de turismo, expansão na malha aérea, entre outras iniciativas. São investimentos que alavancam o estado como um dos destinos mais procurados. Estamos vivendo a Paraíba como a bola da vez do Nordeste. O coração da economia paraibana tem sangue pulsante do turismo.

Como está esse trabalho em números?

Destacamos a capacitação de 26 mil agentes de turismo como estratégia para impulsionar o setor. Temos um aumento de vendas de voos, que cresceram 300% em relação ao ano passado, crescimento da procura de turistas – só em 2022, a CVC trouxe mais de 90 mil para a Paraíba. Os eventos III ExpoTurismo e I FomTur fecharam uma expectativa de negócios na ordem de R\$ 3 milhões para os próximos seis meses. São algumas informações que trazem um panorama de como o governo do estado está trabalhando com foco no turismo.

Quais investimentos foram realizados para os festejos juninos?

Nesta época de festejos juninos, o governo do estado investiu R\$ 18,7 milhões em ações para o período. Essas iniciativas incluem a execução de projetos de infraestrutura,

do litoral ao sertão, fomentando também o turismo rural, investimentos no cariri paraibano, na própria capital João Pessoa, com a criação do Polo Turístico Cabo Branco, uma área da indústria do turismo que o governo tem toda uma negociação para subsidiar investimento para o setor.

Qual a importância de Campina Grande no cenário econômico junino?

Campina Grande é o município indutor dos festejos juninos por todo o estado. Estamos com 26 mil homens trabalhando na segurança, realizando investimento de crédito através do empreender para os comerciantes do Parque do Povo no Maior São João do Mundo e para os comerciantes da Feira Central. Já na realização do Salão do Artesanato, são R\$ 2,5 milhões investidos, que geram renda para 500 expositores, entre artesãos e vendedores de comidas típicas. Esses investimentos geram retornos que reverberam para outros municípios, com mais de 600 eventos que acontecem no mês.

Junho é considerado um período de alta estação com uma comercialização maior que a da época do Natal e com maior geração de vagas de empregos temporários. Temos um destaque para o setor terciário, com grande movimentação econômica, que injeta renda para todo o estado no que tange à hotelaria, a restaurantes, a bares, a artistas, entre tantos outros segmentos. Uma cadeia que é impactada pelos eventos juninos no Nordeste e, principalmente, na Paraíba.

Cetur-AP empossa novos conselheiros

Fecomércio-AP



A Fecomércio Amapá empossou os novos membros efetivos e consultivos do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade da entidade (Cetur-AP), no dia 23 de maio. O presidente da Fecomércio Amapá, Ladislao Monte, irá presidir o Cetur-AP, que terá a presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do Estado do Amapá (Sindetur-AP), Josiane Coutinho, como coordenadora; a empresária Naraci Costa como vice-coordenadora; um representante titular e outro suplente de cada uma das 12 entidades privadas do trade turístico que são membros efetivos do Cetur e representantes de órgãos do setor público para as vagas de membros consultivos. “Representantes das entidades do trade turístico, além de representantes de órgãos públicos, irão nos auxiliar nas ações de fortalecimento e desenvolvimento do turismo do nosso estado”, disse o presidente Ladislao Monte.

Fecomércio lança Câmara Empresarial no Maranhão

A Fecomércio Maranhão lançou a Câmara Empresarial de Turismo (CET-MA), no dia 8 de maio, Dia Nacional do Turismo. A CET-MA vai funcionar como órgão consultivo para subsidiar as ações da Fecomércio-MA no fomento e fortalecimento do turismo no estado e já conta com 20 entidades. O presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-MA, Maurício Feijó, assinou a portaria de criação e a resolução que regulamentará as ações da Câmara. A frente de atuação da CET inclui atividades como análise e produção de estudos do

turismo, participação em eventos, recepção de autoridades para palestras, além de ser um canal permanente para debate de pautas do setor com forte potencial econômico.

A coordenação da Câmara ficará a cargo do empresário e vice-presidente da Fecomércio-MA Manoel Barbosa, com coordenação substituta de Nonato Luz, presidente do Sindicato Empresarial de Hospedagem e Alimentação do Maranhão (Sehama).



Fecomércio-MA

Sesc-GO



Sesc-GO inaugura hotel em cidade que é Patrimônio Cultural Mundial

O Sesc em Goiás acaba de inaugurar a sua mais nova unidade hoteleira: o Hotel Sesc Vila Boa. A instalação fica na cidade de Goiás, reconhecida como Patrimônio Cultural Mundial, pela Unesco, e que foi a primeira capital do estado. Segundo o presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-GO, Marcelo Baiocchi, o propósito do Sesc é apoiar a cidade como polo turístico, cultural e gastronômico de porte nacional e internacional. “O potencial da cidade de Goiás é imenso como Patrimônio da Humanidade e uniremos isso com hospedagem e gastronomia de excelência, ao mesmo tempo em que traremos para a cidade atrações artísticas e incentivaremos as manifestações culturais locais”, afirmou.

Encontro debate identidade gastronômica de Sergipe

O Senac Sergipe realizou, no dia 15 de junho, o 1º Encontro de Gastronomia – Saberes e Sabores que Identificam o Sergipano. Com o objetivo de valorizar e ampliar o consumo de produtos da cadeia produtiva do estado e falar sobre a identidade da gastronomia sergipana, o encontro contou com a participação de escritores, pesquisadores e representantes da Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba (Ascamai).

O encontro atende a três pontos previstos no Plano Diretor de Gastronomia (PDG), documento elaborado anualmente pelas regionais do Senac de todo o Nordeste. “Debatemos sobre a tecnologia na gastronomia; sobre o patrimônio alimentar, com a identificação dos tipos de comidas que temos em Sergipe; e, por último, atendendo à linha de pesquisa 2023 do Observatório

do Patrimônio Gastronômico do Nordeste e Espírito Santo (Opanes), que é sobre frutas, conhecemos a cadeia produtiva da mangaba”, disse a técnica em gastronomia que representa Sergipe no Opanes, Marta Aguiar.



Senac-SE



GTT-MA discute práticas e normas de sustentabilidade para o setor terciário



Economia circular, logística reversa, Política Nacional de Resíduos Sólidos, normas técnicas e aplicação de práticas de sustentabilidade no setor terciário foram alguns temas apresentados durante a reunião semestral do Grupo Técnico de Trabalho sobre Meio Ambiente (GTT-MA) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Reunindo representantes das federações, especialistas, pesquisadores e empresários, a 21ª edição do encontro aconteceu no dia 25 de maio e foi realizada em formato híbrido: presencialmente, na sede da CNC, no Rio de Janeiro, e com transmissão on-line para participantes de outros estados.

O responsável pela Gerência de Gestão das Representações (GGR) da Diretoria de Relações Institucionais da CNC, Sérgio Henrique, abriu o encontro destacando a retomada das reuniões presenciais. A analista técnica da GGR Larissa Machado elencou as práticas sustentáveis adotadas para a reunião, incluindo o gerenciamento de resíduos sólidos, a mitigação do impacto ambiental pela hospedagem dos convidados nas proximidades do local da reunião, o preparo do coffee break com técnicas de aproveitamento integral de alimentos orgânicos e a aquisição de créditos de carbono para a compensação dos impactos ambientais do encontro, o que concedeu o Selo CO² compensado pela Evento Sustentável.

Formado por oito macrotemas, a reunião do GTT-MA foi iniciada com a apresentação de um panorama das representações de meio ambiente e sustentabilidade realizada pelos especialistas, associados e consultores da CNC em órgãos federais normativos e stakeholders privados. Foram listadas as instâncias de representação que incluem a participação ativa e requisição de pleitos alinhados às demandas do setor do comércio de bens, serviços e turismo, em entidades como a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a Controladoria-Geral da União (CGU), entre outras.

Resíduos sólidos e logística reversa

A assessora técnica do Conselho de Sustentabilidade da Fecomércio-SP, Cristiane Cortez, apresentou o status dos Grupos de Aperfeiçoamento de Performance (GAPs), incluindo acordos setoriais já realizados, que abrangem divulgação e implementação de boas práticas do sistema de logística reversa de lâmpadas e óleos lubrificantes. Dados apresentados durante o painel revelaram que já foram coletadas mais de 2,5 milhões de lâmpadas nos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) instalados em estabelecimentos comerciais.

Também foram apresentadas atualizações da gestão de resíduos no Brasil e as mudanças nos sistemas de logística reversa, conforme o Decreto nº 11.413/2023, que dispõe sobre os certificados emitidos por entidade gestora.

Economia circular

Para o gerente executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e chefe da Delegação Brasileira na Comissão de Estudo Especial em Economia Circular da ABNT, Davi Bomtempo, o tema sustentabilidade abrange economia e desenvolvimento social, e não apenas o impacto no meio ambiente. “O Brasil precisa se igualar aos países europeus no lançamento de pacotes internacionais de políticas para o clima, o ambiente, a energia, os transportes, a indústria, a agricultura e o financiamento sustentável, bem como a necessidade de fomentar a cadeia de valor para geração de emprego, renda e intercâmbio de conhecimento”, disse.

Bomtempo também apresentou o status das descrições da norma internacional de economia circular, que está na fase final, e destacou as principais oportunidades do modelo e como ele está diretamente relacionado ao ganho de competitividade, tendo mencionado a geração de empregos, em especial no setor de resíduos; a redução de custos dos materiais; o fortalecimento da cadeia produtiva; a criação de novos negócios, por meio de estratégias de manutenção de valor e novas fontes de investimento.

Retrato da sustentabilidade

Dados preliminares da pesquisa realizada pela CNC apontaram gargalos para a implantação de práticas sustentáveis em empresas de pequeno e médio portes.

Formulado e apresentado pela economista Izis Ferreira da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) e pela analista de sustentabilidade da Diretoria Corporativa (DC) Fernanda Ramos, o estudo ressaltou tópicos como a baixa percepção dos empresários sobre a oportunidade de investimento em práticas sustentáveis, tendo sido proposto ao público presente no encontro do GTT-MA uma análise prescritiva da pesquisa para que os resultados apontados pelo estudo se tornem ações que ajudem as empresas a alcançar seus objetivos.

Políticas públicas e legislações

O especialista da Diretoria de Relações Institucionais da CNC Moisés Júnio apresentou os principais projetos que recebem acom-

panhamento no Legislativo e no Executivo pela entidade, incluindo comissões com ênfase nos tópicos ESG, sobre governança ambiental, social e corporativa, ligados aos Ministérios de Minas e Energia, da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Integração e do Desenvolvimento Regional, à Casa Civil e ao Senado Federal, entre outros.

Com base nos desdobramentos da COP 27 e COP 15, Larissa Machado destacou resoluções como a criação do Fundo de Perdas e Danos, a contenção das mudanças climáticas baseada em mecanismos aplicáveis globalmente e como a biodiversidade e a emergência climática são temas indissociáveis.

Bernardo Souto, consultor jurídico de Meio Ambiente da Fecombustíveis, analisou o avanço do hidrogênio verde e o potencial do Brasil nesse mercado, por conta da abundância do elemento na natureza, seu fácil armazenamento e o fato de ser uma fonte de energia limpa que não gera gases do efeito estufa.

Redução de custos e do uso de papel rende prêmio Conecta

Apresentando condutas sustentáveis no setor do turismo, Alexandre Garrido, diretor da Sextante Consultoria, mencionou seu trabalho como coordenador do Grupo de Trabalho da ISO e da ABNT sobre Turismo Sustentável, incluindo a colaboração na criação da norma ISO 21401, com foco em hotéis, oferecendo exemplos de meios de hospedagem que já têm a sustentabilidade como parte da sua estratégia de negócio. Michele Marques, da Fecomércio-DF, apresentou o case de processo implementado durante a pandemia da Covid-19 e mantido após o período de emergência de saúde pública, que ganhou o prêmio Conecta da CNC no ano de 2022, na categoria Sustentabilidade. Com foco na sustentabilidade e modernização do sistema de arrecadação sindical, visando à redução de custos e do desperdício de papel, o sistema de envio de boletos foi modernizado e restrito ao meio digital, diminuindo consideravelmente os custos da Federação e o impacto ambiental.





À medida que o ano avança para o segundo semestre, as entidades representativas do Sistema Comércio seguem trabalhando pelas empresas do setor terciário em todas as regiões do País e pela educação, pela saúde e pelo lazer da população por meio do Sesc e do Senac.

As federações estaduais e nacionais estão atuando junto a parlamentares e lideranças pelo setor de serviços, que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e abrange uma ampla gama de segmentos. Nas discussões sobre a reforma tributária, reforçam a questão da geração de empregos por parte de um setor que não pode ser prejudicado com o aumento de impostos.

Essa é uma frente importante, mas há muitas outras ações em andamento, com o Sistema Comércio cumprindo o seu papel na defesa dos interesses dos empresários e do País.

Nas páginas a seguir, você confere algumas dessas ações, que contribuem para a construção de um ambiente favorável aos negócios e ao bem-estar dos trabalhadores e suas famílias, gerando desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

Oito hotéis recebem prêmio Travellers' Choice do TripAdvisor



Sesc



SESC

Oito hotéis do Sesc receberam o prêmio Travellers' Choice 2023, organizado pelo TripAdvisor, o maior site de pesquisas de viagens do mundo. O selo é concedido a 10% das acomodações, das atrações e dos restaurantes cadastrados na plataforma que demonstram compromisso com a excelência em hospitalidade, segundo avaliações dos próprios clientes. Foram certificados os hotéis do Sesc em Iparana (CE), Ouro Preto (MG), Araxá (MG), Poços de Caldas (MG), Venda Nova (MG), Nova Friburgo (RJ), Gramado (RS) e Porto Cercado (MT).



Reconhecimento internacional fortalece parceria com a Cisco

SENAC

O Senac foi premiado como “Parceiro de Destaque” durante a Academy Conference Latam 2023, fórum internacional realizado nos dias 24 e 25 de maio, na sede da Cisco Networking Academy, na Cidade do México. A longa parceria das instituições, renovada em 2023, visa desenvolver a nova geração de profissionais de tecnologia no Brasil.

O encontro viabilizou o intercâmbio de boas práticas em educação profissional com instituições de Uruguai, Chile, Colômbia e Peru e a análise de projetos inovadores nas áreas de aprendizagem e educação.



Senac

Fecomércio-RN propõe melhoria do ambiente de negócios a Bernard Appy



A Fecomércio-RN e o Grupo de Líderes Empresariais do Rio Grande do Norte (Lide RN) reuniram autoridades e empresários locais para um encontro com o secretário extraordinário da reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, sobre o tema Brasil em Foco: Debatendo a Reforma Tributária.

A reunião, realizada no dia 12 de junho, no Hotel Holiday Inn Natal, teve foco nos aspectos da nova proposta fiscal que impactam diretamente o setor terciário, além de conferir uma oportunidade para que lideranças locais contribuam para o debate nacional.

Atualmente, parte das premissas defendidas pelos empresários foi contemplada na nova proposta, mas a classe produtiva avalia que é preciso garantir uma alíquota diferenciada para todo o setor de serviços.

Para o presidente da Fecomércio-RN, Marcelo Queiroz, o País necessita de um crescimento econômico sólido em um melhor ambiente de negócios. “Infelizmente, vivemos em um país com uma carga tributária complexa e excessivamente elevada, o que gera inúmeras dificuldades para os empreendedores e a população em geral”, afirmou Queiroz.

Para Appy, a proposta em questão é uma “reforma de país”. “Isso já vem sendo discutido desde 2019 e já está bastante amadurecido no Congresso Nacional. A nossa percepção é de que hoje existe um ambiente favorável à aprovação”, analisou.

Mediado por Marcelo Queiroz e pelo presidente do Lide RN, Jean Valério, o encontro contou com o diretor de Economia e Inovação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Guilherme Mercês, e o secretário estadual da Fazenda e presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier. Também estiveram presentes os deputados federais João Maia, Benes Leocádio, Fernando Mineiro, General Girão e Sargento Gonçalves.



Jean Valério (esq.), Bernard Appy, Marcelo Queiroz e Guilherme Mercês, no encontro realizado em Natal

Supera Varejo leva CEO da Copenhagen a Mato Grosso



Fecomércio-MT



Encontro reuniu empresários do estado para discutir as novas tendências do varejo

Renata Vichi, CEO do Grupo CRM, detentor das marcas Copenhagen, Brasil Cacau e Kop Koffee, esteve em Cuiabá para palestrar para empresários, líderes e gestores do varejo mato-grossense durante o Super Varejo, evento realizado pelo Sistema Fecomércio-MT, por meio do Senac-MT.

O presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, destacou a forte participação do varejo dentro do estado. "O varejo consegue atuar em diversos segmentos do comércio e de serviços, movimentando a economia em várias frentes, contribuindo com a geração de emprego, renda e, conseqüentemente, com a arrecadação de impostos para os cofres públicos do estado e dos municípios."

Em sua apresentação, a CEO da Copenhagen ressaltou estratégias e

inovações de mercado que possibilitaram o crescimento das empresas do grupo, entre as mais reconhecidas do setor. "O empreendedor precisa definir o ponto de atuação dentro dos negócios e, assim, criar produtos inovadores. Para se ter uma ideia, no nosso ramo de chocolates, durante a Páscoa e o Natal, apresentamos de 50 a 80 novos produtos todos os anos", afirmou.

Durante o talk show, o diretor do Varejo 180 e Expor Manequins, Marcos Andrade, destacou a parceria com a Fecomércio-MT para a ida de empresários à National Retail Federation (NRF) 2024, centenária feira do varejo, que acontecerá em Nova York, em janeiro. "O Super Varejo segue a mesma premissa da NRF, que possibilita a troca de experiências entre empresários, líderes e gestores de empresas do varejo, que sempre é muito benéfica", disse Andrade.

Senac-PE inaugura usina de energia solar em Petrolina



Painéis instalados no município do semiárido pernambucano: matriz energética mais limpa



Senac-PE

O Senac em Pernambuco inaugurou uma usina de energia solar na unidade de Petrolina, com potencial de produção equivalente ao consumo mensal de 185 casas populares. O projeto tem investimento de mais de R\$ 1,9 milhão e conta com 330 placas que vão captar a luz do sol, produzir energia limpa e renovável.

Situada no semiárido pernambucano, Petrolina oferece condições meteorológicas favoráveis ao uso do sistema, tendo como características a alta radiação solar associada à baixa nebulosidade. A usina do Senac terá capacidade de gerar mais de 150 kWp, o que resultará em uma geração média mensal de 22.500 Wh, o suficiente para abastecer a unidade de Petrolina, com a opção de a produção excedente ser distribuída entre outras unidades do Senac no estado.

“A transição para uma matriz energética mais limpa faz parte das diversas ações que o Senac-PE vem desenvolvendo para reforçar o nosso compromisso com a sustentabilidade. São ações concretas de impacto social, econômico e sustentável. Já inauguramos a usina de Caruaru, agora em Petrolina, e, ainda este ano, inauguraremos a usina de energia fotovoltaica em Serra Talhada, no Sertão do Pajeú”, destacou Bernardo Peixoto, presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-PE.

A usina se soma a outras iniciativas sustentáveis do Senac-PE, como programas de coleta seletiva, feira agroecológica, campanhas de conscientização e o Programa Senac de Boas Práticas em Resíduos Sólidos, que oferece consultoria customizada de gerenciamento de descartes para empresários e condomínios locais.

Pesquisa avalia práticas de sustentabilidade no varejo mineiro



O Núcleo de Inteligência e Pesquisa da Fecomércio-MG realizou pesquisa sobre as impressões e práticas dos varejistas em sustentabilidade e meio ambiente. Os dados revelam que 62,7% dos empresários mineiros acham o tema muito importante e que 57,7% das empresas admitem optar por fornecedores com práticas sustentáveis.

A pesquisa também apurou que 98,3% das empresas varejistas adotam práticas sustentáveis no dia a dia, como uso de lâmpadas de LED (89,4%), equipamentos de maior eficiência energética (89,4%) ou mesmo retirando os aparelhos da tomada para economizar energia elétrica (84,5%), ou, ainda, fazem uso de embalagens recicláveis ou sacolas retornáveis (65,6%).

Ainda que admitindo preocupação com a sustentabilidade, 56% das empresas informaram não sentir necessidade de se aprofundar no tema, contra 37,1% a favor do aperfeiçoamento. Entre as empresas engajadas, 67,6% dizem que o consumidor influencia na hora de escolher seus fornecedores.

“A conscientização dos consumidores em relação a questões ambientais e sociais está aumentando gradualmente, e isso se reflete na preferência por empresas que demonstram um compromisso real com a sustentabilidade. Aquelas que adotam práticas sustentáveis têm

a oportunidade de obter uma vantagem competitiva significativa”, explica Gabriela Martins, economista da Fecomércio-MG.

De acordo com a pesquisa realizada, 92,4% das empresas não possuem projetos de sustentabilidade. “O custo alto para a adoção de programas que atendam às demandas sustentáveis e a falta de mão de obra especializada sobre o tema podem ser duas das justificativas para o baixo número de empresas que realizam, por conta própria, algum projeto de sustentabilidade”, pontua Gabriela.

A pesquisa, de grande abrangência, foi realizada em 407 empresas das seguintes regiões: Alto Paranaíba, Central, Centro-Oeste, Jequitinhonha–Mucuri, Zona da Mata, Noroeste, Norte, Rio Doce, Sul de Minas e Triângulo, entre os dias 25 de abril e 12 de maio de 2023. A amostra possui margem de erro da ordem de 5,0% e intervalo de confiança de 95%.

Fecomércio-MG ouviu 407 empresas em todo o estado



Roraima reforça importância das Áreas de Livre Comércio



O presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Roraima, Ademir dos Santos, participou de uma audiência pública promovida para debater os impactos da reforma tributária no estado, no dia 15 de junho, na Assembleia Legislativa, em Boa Vista. Santos destacou a importância das Áreas de Livre Comércio (ALCs) para a região. Uma das propostas que tramitam no Congresso Nacional não contempla a manutenção de benefícios tributários nas ALCs de Roraima, Rondônia, Acre e Amapá.

“As Áreas de Livre Comércio incentivam o empresário e a instalação de novas empresas no nosso estado. Sabemos que a reforma é importante, mas precisamos olhar essas áreas de exceção, pedindo o apoio dos parlamentares para

incluir no documento os benefícios fiscais. Se o texto da reforma for aprovado como está, vai deixar Roraima mais uma vez dependente exclusivamente de repasses federais”, afirmou o presidente da Fecomércio-RR.

O auditor fiscal da Receita estadual e assessor especial da Secretaria de Fazenda para assuntos de reforma tributária, Kardec Jackson dos Santos, também participou da audiência e destacou que “um dos textos mantém os benefícios da Zona Franca de Manaus, enquanto o outro determina a exclusão de todos os benefícios fiscais concedidos em unidades da Federação, como é o caso de Roraima, Rondônia, Acre e Amapá”. Segundo o auditor, se o texto não estabelecer a manutenção dos benefícios tributários nas ALCs, Roraima sofrerá com fortes impactos econômicos.

O setor de serviços também foi citado pelo presidente Ademir, que observou que a aprovação de algumas das principais propostas de reforma tributária aumenta a carga tributária para o setor em mais de 70% em alguns segmentos. O presidente da Fecomércio-RR explicou que a CNC defende alíquotas diferenciadas não apenas para segmentos específicos, mas para todo o setor de serviços.

Fecomércio-RR



Ademir dos Santos na audiência da Assembleia Legislativa que debateu os impactos da reforma

Acre sedia reunião itinerante do Conselho Fiscal do Senac



Fecomércio-PE



Participantes do encontro, que teve o acompanhamento virtual do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino

O Senac Acre foi sede da reunião do Conselho Fiscal do Senac, realizada em 16 de junho. Em formato itinerante, o encontro tem o objetivo de promover a troca de experiências e destacar as potencialidades das diferentes regiões do País.

Representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical, dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e da Previdência Social, e chefe e secretária do Conselho Fiscal estiveram no encontro, que também contou com a participação remota do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino.

O presidente do Conselho Fiscal, Leonardo Schreiner, ressaltou a responsabilidade do

Conselho em controlar e examinar as contas financeiras e econômicas das administrações regionais, que são compostas por 27 administrações regionais, além da administração nacional; e que há uma necessidade por parte do Conselho em levar em consideração as peculiaridades de cada uma delas.

Além do papel de fiscalização, o Conselho Fiscal também auxilia na promoção da inovação e atualização dos serviços oferecidos pelo Senac, sendo formado por 14 auditores fiscais, que examinam os investimentos econômicos e financeiros realizados pelo Senac em todo o País. Sobre o desempenho do Senac Acre, o ministro Flávio Dino ressaltou que “o trabalho é extraordinário e com números muito bons de participação no cenário nacional e oferta variada de cursos, e, por ser da Amazônia, sei o quanto isso é importante”.

Febrac reúne parlamentares para analisar proposta tributária



A Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac) reuniu representantes do Poder Legislativo, em 13 de junho, no B Hotel, em Brasília, para debater os principais pontos do relatório sobre a reforma tributária, divulgado pelo grupo de trabalho da Câmara dos Deputados no início de junho.

Os principais pontos do texto trazem a garantia de creditamento amplo e não condicionado à comprovação do recolhimento do tributo, a adoção de uma alíquota-padrão que permita a aplicação de taxas diferenciadas para bens e serviços específicos e a garantia de concessão de crédito em valor equivalente ao imposto cobrado na operação das empresas optantes pelo Simples Nacional.

Segundo o presidente da Febrac, Edmilson Pereira, o encontro teve o objetivo de trazer luz aos pontos de atenção da pauta, que

vão atingir em cheio o setor de serviços, caso os empresários não sensibilizem o parlamento quanto às consequências para a sociedade em geral.

Segundo Paulo Rabello de Castro, economista que presidiu o IBGE entre 2016 e 2017 e marcou presença no evento, o momento é de levar conhecimento técnico para os parlamentares, a fim de sensibilizar para um assunto tão complexo, que impactará a vida das empresas e a geração de empregos.

Participaram do encontro cerca de 40 convidados, entre eles os deputados federais Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), Alex Manente (Cidadania-SP), Gabriel Nunes (PSD-BA), Gilson Marques (Novo-SC), General Girão (PL-RN), Igor Timo (Pode-MG), Jorge Goetten (PL-SC), Laura Carneiro (PSD-RJ), Any Ortiz (Cidadania-RS) e Zé Neto (PT-BA), além do senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

Encontro teve cerca de 40 participantes e buscou sensibilizar deputados e senadores para pontos críticos



Divulgação

Fenacon promove lançamento de Frente Parlamentar



Divulgação



Presidente da Fenacon, Daniel Coêlho, durante o evento no Salão Nobre da Câmara dos Deputados

A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) promoveu, em 14 de junho, cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar Mista da Contabilidade Brasileira, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília. O evento foi realizado em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon), e contou com a presença de parlamentares e diversas representações da classe contábil.

“Nada melhor que lançar a Frente Parlamentar no momento em que estamos lutando pela aprovação de uma reforma tributária justa e que busque atender aos interesses do setor empresarial”, frisou o presidente da Fenacon, Daniel Coêlho.

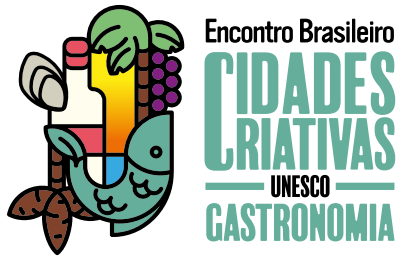
O dirigente da Federação reforçou, na ocasião, que os profissionais da área contábil precisam ser ouvidos. “Isso porque conhecemos na prática o que os

clientes buscam para melhorar a rotina das empresas. Dentro do escopo da Frente Parlamentar, alinharemos vários projetos, buscando a melhoria para toda a classe empresarial”, disse.

A coordenação da Frente Parlamentar ficará por conta do deputado Júlio César de Carvalho (PSD-PI), que afirmou que o objetivo principal é apoiar políticas públicas, programas e ações governamentais referentes à atuação dos profissionais da contabilidade em todo o território nacional. Apoiam a iniciativa 232 deputados e 13 senadores.

Pela comitiva da Fenacon, participaram também o vice-presidente Institucional, Reynaldo Lima Jr.; o diretor de Assuntos Legislativos, Diogo Chamun; o diretor técnico, Wilson Gimenez Jr.; o presidente do Sescon-SP, Carlos Alberto Baptista; o presidente do Sescon-GO, Edson Cândido Pinto; o presidente do Sescon-RJ, Maurício Luz; e o superintendente da Federação, Josué Tobias.

Fecomércio-SC



Fecomércio SC · Sesc · Senac
Sistema Comércio



De 3 a 5 de agosto



Um encontro repleto de informações, intercâmbio de experiências e sabores incríveis

Em um encontro repleto de informações, intercâmbio de experiências e sabores, representantes de Florianópolis (SC), Belém (PA), Paraty (RJ) e Belo Horizonte (MG), cidades brasileiras chanceladas pela Unesco por sua contribuição à gastronomia mundial, apresentarão toda sua riqueza, diversidade e sustentabilidade. Na Feira Criativa, o público terá aulas-show, atrações culturais e o melhor da culinária brasileira.

Senac-AM



Educação profissional e conhecimento

2 e 3 de agosto



Fecomércio-RN



Valorização do trabalho dos profissionais de imprensa

Inscrições até 1º de outubro



Parceria europeia



Ricardo Stuckert/PR

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, foi recebida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 12 de junho. Na pauta, temas como o acordo Mercosul-União Europeia, meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação.

3,8 MILHÕES DE EMPREGOS NO SETOR DE SERVIÇOS ESTÃO SOB AMEAÇA

Se o substitutivo da PEC da reforma tributária for aprovado no Congresso Nacional sem ajustes, o aumento de impostos pode superar 170% nos serviços e 40% no comércio, colocando em risco milhões de empregos.

A CNC defende que a reforma tributária é essencial para o desenvolvimento econômico do País, mas não pode penalizar o setor de serviços.

O Brasil precisa de uma reforma tributária justa.

Conheça as propostas do
Sistema Comércio para a
Reforma Tributária.

